

**PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO****ANEXO VI - UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL****EXERCÍCIO 2018**

Unidade : 2 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Função : 16 HABITAÇÃO

Sub Função : 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA

Programa : 0008 ORDENAMENTO E REGULAÇÃO TERRITORIAL

Objetivo : ORDENAR E MELHORAR AS CONDIÇÕES URBANÍSTICAS E DO USO DO TERRITÓRIO

Justificativa : ATENDER A NECESSIDADE DE CONHECIMENTO DA SITUAÇÃO FÍSICA, ECONÔMICA E SOCIAL QUE SIRVAM PARA O PLANEJAMENTO GLOBAL E SETORIAL DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

Público Alvo :

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro
PROCESSOS ANALISADOS..	UNIDADE	3150	0

Código	Ação	Unidade Medida	Meta Física	Custo Estimado
2008	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ARQUITETURA E URBANISMO	UNIDADE	1	110.000,00

TOTAL DO PROGRAMA : 110.000,00
TOTAL UNIDADE : 110.000,00
TOTAL ÓRGÃO : 2.174.650,00



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

ANEXO VI - UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

EXERCÍCIO 2018

Órgão : 14 SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade : 1 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função : 10 SAÚDE
Sub Função : 301 ATENÇÃO BÁSICA
Programa : 0041 SUPORTE AOS SERVIÇOS DE SAÚDE
Objetivo : SUPORTE AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, FUNCIONAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE
Justificativa : SUPORTE AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, FUNCIONAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE
Público Alvo : POPULAÇÃO EM GERAL

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro
HABITANTES DO MUNICÍPIO	UNIDADE	500	0

Código	Ação	Unidade Medida	Meta Física	Custo Estimado
1110	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REPAROS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	UNIDADE	10	500.000,00
1111	MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS- HOSPITALARES, ODONT., INFOR. E MOBILIARIOS	UNIDADE	800	580.000,00
1112	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA MELHORIA DA FROTA	UNIDADE	4	670.000,00
2043	GESTÃO EM SAÚDE	UNIDADE	320	30.293.740,61

TOTAL DO PROGRAMA :

32.043.740,61

Programa : 0042 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE
Objetivo : AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO AS AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO, RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DA SAÚDE.
Justificativa : AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO AS AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO, RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DA SAÚDE.
Público Alvo : POPULAÇÃO EM GERAL



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

ANEXO VI - UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

EXERCÍCIO 2018

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro
ENTIDADES CONTRATADAS	UNIDADE	5	0
METAS CUMPRIDAS	PERCENTUAL	0	0
TOTAL DE INTERNAÇÕES	UNIDADE	3200	0
TOTAL DE PACIENTES ATENDIDOS	UNIDADE	140000	0
TOTAL DE PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	500000	0

Código	Ação	Unidade Medida	Meta Física	Custo Estimado
1015	PROJETO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO- CIDADES SUSTENTÁVEIS	UNIDADE	20	1.191.682,77
2013	ASSISTÊNCIA A SAÚDE NA REDE BÁSICA	UNIDADE	500000	2.486.268,40
2014	ASSISTÊNCIA A SAÚDE BUCAL BÁSICA E ESPECIALIZADA	UNIDADE	30000	300.000,00
2015	GARANTIA DE INSUMOS PARA A ASSISTÊNCIA AOS PACIENTES	UNIDADE	2000	2.502.720,00
2016	MEDICAMENTOS ESSENCIAIS E PADRONIZADOS	UNIDADE	140000	5.624.903,12
2019	ASSISTÊNCIA DOMICILIAR	UNIDADE	5000	672.000,00
2022	CONTRATOS COM ENTIDADES DE APOIO A SAÚDE	UNIDADE	5	1.520.201,50
2028	ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL	UNIDADE	2300	842.760,44
TOTAL DO PROGRAMA :				15.140.536,23

Sub Função : 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

ANEXO VI - UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

EXERCÍCIO 2018

Programa : 0042 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Objetivo : AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO AS AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO, RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DA SAÚDE.

Justificativa : AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO AS AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO, RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DA SAÚDE.

Público Alvo : POPULAÇÃO EM GERAL

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro
ENTIDADES CONTRATADAS	UNIDADE	5	0
METAS CUMPRIDAS	PERCENTUAL	0	0
TOTAL DE INTERNAÇÕES	UNIDADE	3200	0
TOTAL DE PACIENTES ATENDIDOS	UNIDADE	140000	0
TOTAL DE PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	500000	0

Código	Ação	Unidade Medida	Meta Física	Custo Estimado
2010	AMBULATÓRIO DE ESPECIALIDADES- GESTÃO E ATENDIMENTO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	UNIDADE	480000	19.000.000,00
2012	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) - GESTÃO E ATENDIMENTO DE URGÊNCIA	UNIDADE	22000	6.000.000,00
2020	HOSPITAL MUNICIPAL WALTER FERRARI- GESTÃO E ATENDIMENTO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	UNIDADE	3200	22.800.000,00
2021	CENTRAL DE REGULAÇÃO DE EXAMES E PROCEDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	UNIDADE	7000	384.000,00
TOTAL DO PROGRAMA :				48.184.000,00

Sub Função : 304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

ANEXO VI - UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

EXERCÍCIO 2018

Programa : 0042 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Objetivo : AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO AS AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO, RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DA SAÚDE.

Justificativa : AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO AS AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO, RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DA SAÚDE.

Público Alvo : POPULAÇÃO EM GERAL

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro
ENTIDADES CONTRATADAS	UNIDADE	5	0
METAS CUMPRIDAS	PERCENTUAL	0	0
TOTAL DE INTERNAÇÕES	UNIDADE	3200	0
TOTAL DE PACIENTES ATENDIDOS	UNIDADE	140000	0
TOTAL DE PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	500000	0

Código	Ação	Unidade Medida	Meta Física	Custo Estimado
2017	AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	UNIDADE	9000	350.540,16
2018	AÇÕES DE VIGILÂNCIA DE ZONOSSES E CONTROLE POPULACIONAL	UNIDADE	600	205.000,00

TOTAL DO PROGRAMA : 555.540,16
TOTAL UNIDADE : 95.923.817,00
TOTAL ÓRGÃO : 95.923.817,00



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

ANEXO VI - UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

EXERCÍCIO 2018

Órgão : 15 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

Unidade : 1 GABINETE DO SECRETÁRIO

Função : 13 CULTURA

Sub Função : 392 DIFUSÃO CULTURAL

Programa : 0033 AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DO POTENCIAL TURÍSTICO E CULTURAL

Objetivo : DESENVOLVER E DIVULGAR AS POTECIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO, REORDENANDO AS ATIVIDADES CULTURAIS COMO INSTRUMENTOS DE INCLUSÃO SOCIAL E PERTENCIMENTO CULTURAL.

Justificativa : DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO - CULTURAL E TURÍSTICO NO MUNICÍPIO

Público Alvo :

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro
EVENTOS REALIZADOS.	UNIDADE	24	0

Código	Ação	Unidade Medida	Meta Física	Custo Estimado
1002	CONSTRUÇÃO, REFORMA, REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS E TURÍSTICOS	UNIDADE	2	225.000,00
2031	GESTÃO DAS ATIVIDADES DE TURISMO E CULTURA	UNIDADE	1	3.821.200,00
TOTAL DO PROGRAMA :				4.046.200,00
TOTAL UNIDADE :				4.046.200,00

**PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO****ANEXO VI - UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL****EXERCÍCIO 2018**

Unidade : 2 FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Função : 13 CULTURA

Sub Função : 392 DIFUSÃO CULTURAL

Programa : 0033 AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DO POTENCIAL TURÍSTICO E CULTURAL

Objetivo : DESENVOLVER E DIVULGAR AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO, REORDENANDO AS ATIVIDADES CULTURAIS COMO INSTRUMENTOS DE INCLUSÃO SOCIAL E PERTENCIMENTO CULTURAL.

Justificativa : DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO - CULTURAL E TURÍSTICO NO MUNICÍPIO

Público Alvo :

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro
EVENTOS REALIZADOS.	UNIDADE	24	0

Código	Ação	Unidade Medida	Meta Física	Custo Estimado
2051	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	UNIDADE	1	30.000,00

TOTAL DO PROGRAMA : 30.000,00

TOTAL UNIDADE : 30.000,00

TOTAL ÓRGÃO : 4.076.200,00



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

ANEXO VI - UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

EXERCÍCIO 2018

Órgão : 16 SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
 Unidade : 1 GABINETE DO SECRETÁRIO
 Função : 6 SEGURANÇA PÚBLICA
 Sub Função : 181 POLICIAMENTO
 Programa : 0004 FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL

Objetivo : PROMOVER A VIGILÂNCIA DOS LOGRADOUROS PÚBLICO E DOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO, PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES DE SEGURANÇA PESSOAL E SOCIAL NO MUNICÍPIO.
 Justificativa : NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO NA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO RELATIVO AO PODER DE POLÍCIA E PRESERVAÇÃO DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO
 Público Alvo : POPULAÇÃO EM GERAL

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro
TOTAL DE INTERNAÇÕES	UNIDADE	69	0

Código	Ação	Unidade Medida	Meta Física	Custo Estimado
2009	GESTÃO DE SEGURANÇA PUBLICA MUNICIPAL	UNIDADE	1	664.000,00

TOTAL DO PROGRAMA : 664.000,00

TOTAL UNIDADE : 664.000,00



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

ANEXO VI - UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

EXERCÍCIO 2018

Unidade : 2 DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL

Função : 6 SEGURANÇA PÚBLICA

Sub Função : 182 DEFESA CIVIL

Programa : 0004 FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL

Objetivo : PROMOVER A VIGILÂNCIA DOS LOGRADOUROS PÚBLICO E DOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO, PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES DE SEGURANÇA PESSOAL E SOCIAL NO MUNICÍPIO.

Justificativa : NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO NA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO RELATIVO AO PODER DE POLÍCIA E PRESERVAÇÃO DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO

Público Alvo : POPULAÇÃO EM GERAL

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro
TOTAL DE INTERNAÇÕES	UNIDADE	69	0

Código	Ação	Unidade Medida	Meta Física	Custo Estimado
1085	OBRAS DE MOBILIDADE URBANA/ ACESSIBILIDADE	UNIDADE	1	101.000,00
2006	GESTÃO DA DEFESA CIVIL	UNIDADE	1	631.900,00
TOTAL DO PROGRAMA :				732.900,00
TOTAL UNIDADE :				732.900,00



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

ANEXO VI - UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

EXERCÍCIO 2018

Unidade : 3 DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E TRANSPORTE

Função : 26 TRANSPORTE

Sub Função : 452 SERVIÇOS URBANOS

Programa : 0005 MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE PÚBLICO

Objetivo : FAZER CUMPRIR A LEGISLAÇÃO E NORMAS DE TRÂNSITO CONTIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E PROMOVER ESTUDOS E ADOÇÃO DE MEDIDAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO EM GERA, POSSIBILITANDO MELHORES CONDIÇÕES DE TRÂNSITO E TRANSPORTE PÚBLICO EM JAGUARIUNA.

Justificativa : NECESSIDADE DE SUPORTE TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E APOIO NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS DE TRÂNSITO.

Público Alvo :

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro
ENTIDADES CONTRATADAS	UNIDADE	118	0

Código	Ação	Unidade Medida	Meta Física	Custo Estimado
2005	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	UNIDADE	1	4.234.600,00
TOTAL DO PROGRAMA :				4.234.600,00

Sub Função : 453 TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS

Programa : 0005 MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE PÚBLICO

Objetivo : FAZER CUMPRIR A LEGISLAÇÃO E NORMAS DE TRÂNSITO CONTIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E PROMOVER ESTUDOS E ADOÇÃO DE MEDIDAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DO TRÂNSITO EM GERA, POSSIBILITANDO MELHORES CONDIÇÕES DE TRÂNSITO E TRANSPORTE PÚBLICO EM JAGUARIUNA.

Justificativa : NECESSIDADE DE SUPORTE TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E APOIO NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS DE TRÂNSITO.

Público Alvo :

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro
ENTIDADES CONTRATADAS	UNIDADE	118	0

Código	Ação	Unidade Medida	Meta Física	Custo Estimado
2032	SUBSÍDIOS AO TRANSPORTE COLETIVO	UNIDADE	53069	1.500.000,00
TOTAL DO PROGRAMA :				1.500.000,00
TOTAL UNIDADE :				5.734.600,00



MUNICÍPIO DE Jaguariuna

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

ANEXO VI - UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

EXERCÍCIO 2018

Unidade : 4 GUARDA MUNICIPAL
 Função : 6 SEGURANÇA PÚBLICA
 Sub Função : 181 POLICIAMENTO
 Programa : 0004 FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL
 Objetivo : PROMOVER A VIGILÂNCIA DOS LOGRADOUROS PÚBLICO E DOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO, PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES DE SEGURANÇA PESSOAL E SOCIAL NO MUNICÍPIO.
 Justificativa : NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO NA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO RELATIVO AO PODER DE POLÍCIA E PRESERVAÇÃO DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO
 Público Alvo : POPULAÇÃO EM GERAL

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro
TOTAL DE INTERNAÇÕES	UNIDADE	69	0

Código	Ação	Unidade Medida	Meta Física	Custo Estimado
1081	CIDADE SEGURA/ GUARDA EM AÇÃO- ANJO DA GUARDA DA MULHER	UNIDADE	1	0,00
2004	GESTÃO DA GUARDA MUNICIPAL	UNIDADE	1	14.201.780,00
TOTAL DO PROGRAMA :				14.201.780,00
TOTAL UNIDADE :				14.201.780,00
TOTAL ÓRGÃO :				21.333.280,00

Handwritten mark resembling a stylized 'f' or '7'.

Handwritten mark resembling a stylized '8'.



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

ANEXO VI - UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

EXERCÍCIO 2018

Órgão : 51 CÂMARA MUNICIPAL
Unidade : 1 CORPO LEGISLATIVO
Função : 1 LEGISLATIVA
Sub Função : 31 AÇÃO LEGISLATIVA
Programa : 0001 PROCESSO LEGISLATIVO

Objetivo : DAR CUMPRIMENTO ÀS FUNÇÕES DO PODER LEGISLATIVO EM LEGISLAR, FISCALIZAR, REALIZAR AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E ATENDIMENTO AO PÚBLICO EM GERAL

Justificativa : REALIZAÇÃO DE SESSÕES ORDINÁRIAS E REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES, CONFORME A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL

Público Alvo :

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O LEGISLATIVO	UNIDADE	0	0
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	UNIDADE	35	0
PROJETO DE CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DA ESCOLA LEGISLATIVA	UNIDADE	0	0

Código	Ação	Unidade Medida	Meta Física	Custo Estimado
1026	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	UNIDADE	1	200.000,00
1140	PROJETO CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA LEGISLATIVA	UNIDADE	200	200.000,00
2001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE	35	5.640.000,00
TOTAL DO PROGRAMA :				6.040.000,00
TOTAL UNIDADE :				6.040.000,00
TOTAL ÓRGÃO :				6.040.000,00



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

ANEXO VI - UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

EXERCÍCIO 2018

Órgão : 61 SAE - SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO
Unidade : 1 SAE - SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO
Função : 17 SANEAMENTO
Sub Função : 512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa : 0031 SUPERVISÃO E CONTROLE DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Objetivo : REALIZAR AS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS E MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA
Justificativa : NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO NA REALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXTENSÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE TRATAMENTO DE ÁGUA
Público Alvo :

Código	Ação	Unidade Medida	Meta Física	Custo Estimado
2034	SAE - SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO	UNIDADE	1	1.000,00
TOTAL DO PROGRAMA :				1.000,00
TOTAL UNIDADE :				1.000,00
TOTAL ÓRGÃO :				1.000,00



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

ANEXO VI - UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

EXERCÍCIO 2018

Órgão : 71 FUNDO ESPECIAL PREV SOCIAL SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAIS
Unidade : 1 FUNDO ESPECIAL PREV SOCIAL SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
Função : 9 PREVIDÊNCIA SOCIAL
Sub Função : 272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO
Programa : 0057 FUNDO ESPECIAL PREV SOCIAL SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
Objetivo : FUNDO ESPECIAL PREV SOCIAL SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
Justificativa : FUNDO ESPECIAL PREV SOCIAL SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
Público Alvo :

Código	Ação	Unidade Medida	Meta Física	Custo Estimado
2048	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PREV. MUNICIPAL	UNIDADE	203	6.166.000,00
TOTAL DO PROGRAMA :				6.166.000,00
TOTAL UNIDADE :				6.166.000,00
TOTAL ÓRGÃO :				6.166.000,00

TOTAL DO PPA :

346.087.000,00



MUNICÍPIO DE Jaguaruna



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2016	9.541.544,76	4.050.515,07	5.491.029,69	66.207.586,78
2017	21.218.489,40	4.131.072,02	17.087.417,38	85.038.839,69
2018	22.353.162,20	5.125.008,72	17.228.153,48	102.266.993,17
2019	23.353.121,15	5.739.362,04	17.613.759,11	119.880.752,28
2020	24.088.534,99	6.822.973,05	17.265.561,94	137.146.314,21
2021	24.329.420,34	7.923.473,81	16.405.946,53	153.552.260,73
2022	24.572.714,54	10.006.948,35	14.565.766,19	168.118.026,93
2023	24.818.441,68	11.766.866,14	13.051.575,54	181.169.602,47
2024	25.066.626,10	14.252.514,55	10.814.111,55	191.983.714,01
2025	25.317.292,36	16.337.219,90	8.980.072,46	200.963.786,48
2026	25.570.465,29	19.780.229,95	5.790.235,34	206.754.021,81
2027	25.826.169,94	23.295.536,31	2.530.633,63	209.284.655,44
2028	26.084.431,64	26.640.818,37	-556.386,73	208.728.268,71
2029	26.345.275,95	30.386.711,65	-4.041.435,70	204.686.833,01

J

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2030	26.608.728,71	33.857.075,56	-7.248.346,85	197.438.486,16
2031	26.874.816,00	36.497.588,95	-9.622.772,95	187.815.713,21
2032	27.143.561,16	39.176.971,34	-12.033.410,18	175.782.306,04
2033	27.414.999,80	42.862.611,91	-15.447.612,11	160.334.693,93
2034	27.689.149,80	45.331.853,81	-17.642.704,01	142.691.989,92
2035	27.966.041,30	47.757.082,05	-19.791.040,75	122.900.949,17
2036	28.245.701,71	49.361.313,06	-21.115.611,35	101.785.337,82
2037	28.528.158,73	50.753.606,77	-22.225.448,04	79.559.889,78
2038	28.813.440,32	51.901.162,42	-23.087.722,10	56.472.167,68
2039	29.101.574,72	52.623.661,04	-23.522.086,32	32.950.081,35
2040	29.392.590,47	53.328.498,21	-23.935.907,74	9.014.173,61
2041	29.686.516,37	54.096.490,13	-24.409.973,76	-15.395.800,16
2042	29.983.381,53	54.372.879,90	-24.389.498,37	-39.785.298,52
2043	30.283.215,35	54.427.714,33	-24.144.498,98	-63.929.797,49

RR00 - ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO DE Jaguaruna





MUNICÍPIO DE Jaguaruna

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

RRRO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ("d" = ("d" exerc. Anterior) + (c))
2044	30.586.047,50	54.192.567,50	-23.606.520,00	-87.536.317,49
2045	30.891.907,98	53.412.918,45	-22.521.010,47	-110.057.327,96
2046	22.628.073,29	52.701.267,89	-30.073.194,60	-140.130.522,56
2047	22.854.354,02	52.092.224,61	-29.237.870,59	-169.368.393,15
2048	23.082.897,56	51.289.406,37	-28.206.508,81	-197.574.901,96
2049	23.313.726,54	50.517.576,76	-27.203.850,22	-224.779.752,18
2050	23.546.863,80	49.705.447,74	-26.158.583,94	-250.938.336,12
2051	23.782.332,44	48.851.273,70	-25.068.941,26	-276.007.277,38
2052	24.020.155,76	48.030.596,56	-24.010.440,80	-300.017.718,17
2053	24.260.357,32	48.664.460,00	-24.404.102,68	-324.421.820,86
2054	24.502.960,89	49.301.771,61	-24.798.810,72	-349.220.631,58
2055	24.747.990,50	49.942.547,66	-25.194.557,16	-374.415.188,73
2056	24.995.470,41	50.586.839,82	-25.591.369,41	-400.006.558,15
2057	25.245.425,11	51.234.700,16	-25.989.275,05	-425.995.833,19

OFR00521

30/08/2017 09:49:47

Versão 23/03/2016 - 18:00

3/6



E60

EXERCÍCIO	(a) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	(b) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	(c) = (a - b) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	(d) = ("d" exerc. Anterior) + (c) SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2058	25.497.879,36	51.886.146,11	-26.388.266,75	-452.384.099,94
2059	25.752.858,16	52.541.253,87	-26.788.395,71	-479.172.495,65
2060	26.010.386,74	53.200.053,35	-27.189.666,61	-506.362.162,26
2061	26.270.490,61	53.862.586,53	-27.592.095,92	-533.954.258,18
2062	26.533.195,51	54.528.907,47	-27.995.711,96	-561.949.970,15
2063	26.798.527,47	55.199.070,66	-28.400.543,19	-590.350.513,34
2064	27.066.512,74	55.873.107,63	-28.806.594,89	-619.157.108,23
2065	27.337.177,87	56.551.097,05	-29.213.919,18	-648.371.027,41
2066	27.610.549,65	57.233.059,63	-29.622.509,98	-677.993.537,39
2067	27.866.655,14	57.919.074,89	-30.052.419,75	-708.025.957,14
2068	28.165.521,70	58.609.164,42	-30.443.642,72	-738.469.599,86
2069	28.447.176,91	59.303.396,91	-30.856.220,00	-769.325.819,86
2070	28.731.648,68	60.001.806,51	-31.270.157,83	-800.595.977,69
2071	29.018.965,17	60.704.451,14	-31.685.485,97	-832.281.463,66

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO DE Jaguariuna



EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2072	29.309.154,82	61.411.365,85	-32.102.211,03	-864.383.674,69
2073	29.602.246,37	62.119.481,36	-32.517.234,99	-896.900.909,69
2074	29.898.268,83	62.835.755,12	-32.937.486,29	-929.838.395,97
2075	30.197.251,52	63.556.313,42	-33.359.061,90	-963.197.457,87
2076	30.499.224,04	64.281.204,82	-33.781.980,78	-996.979.438,66
2077	30.804.216,28	65.010.478,36	-34.206.262,08	-1.031.185.700,74
2078	31.112.258,44	65.744.183,53	-34.631.925,09	-1.065.817.625,84
2079	31.423.381,02	66.482.370,34	-35.058.989,32	-1.100.876.615,15
2080	31.737.614,83	67.225.089,27	-35.487.474,44	-1.136.364.089,59
2081	32.054.990,98	67.972.392,28	-35.917.401,30	-1.172.281.489,89
2082	32.375.540,89	68.724.327,86	-36.348.786,97	-1.208.630.276,85
2083	32.699.296,30	69.480.950,98	-36.781.654,68	-1.245.411.931,54
2084	33.026.289,26	70.242.313,13	-37.216.023,87	-1.282.627.955,40
2085	33.356.552,16	71.008.467,31	-37.651.915,15	-1.320.279.870,56

RR00 - ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO DE Jaguaruna



099



MUNICÍPIO DE Jaguaruna

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2086	33.690.117,68	71.779.467,03	-38.089.349,35	-1.358.369.219,91
2087	34.027.018,85	72.555.366,34	-38.528.347,49	-1.396.897.567,40
2088	34.367.289,04	73.336.219,82	-38.968.930,78	-1.435.866.498,17
2089	34.710.961,93	74.122.082,55	-39.411.120,62	-1.475.277.618,79
2090	35.058.071,55	74.913.010,21	-39.854.938,66	-1.515.132.557,45
2091	35.408.652,27	75.709.058,97	-40.300.406,70	-1.555.432.964,14

↓

[Handwritten signature]





Anexo III- Tabela 1
Anexo de Riscos Fiscais
Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
(Artigo 4º, § 3º, LC 101/2000)

Em valores Correntes

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Condenações Judiciais	200.000,00	Abertura Créditos Adicionais, a partir de Reserva de Contingência	200.000,00
Pagamento de Juros à Menor	200.000,00	Abertura de Créditos Adicionais, a partir do Cancelamento de Despesas Descricionárias	200.000,00
TOTAL	400.000,00	TOTAL	400.000,00

53



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13820-000 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP



Ofício DER-nº 074/2017.

Jaguariúna, aos 30 de agosto de 2017.

Senhor Presidente:

Temos a honra de submeter, por intermédio de Vossa Excelência, à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, apenso, o PROJETO DE LEI, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências.

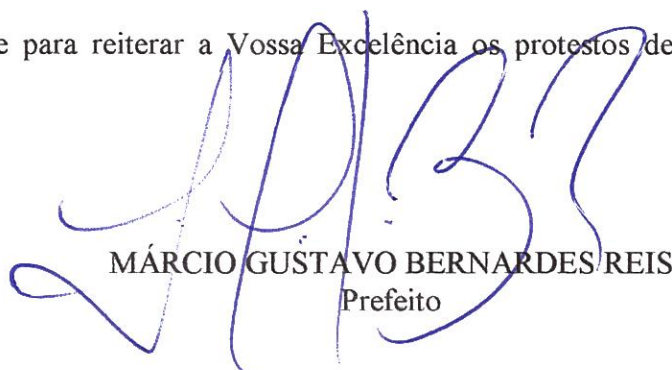
Aludida propositura está sendo encaminhada em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000), combinado com o § 2º, do art. 99-A, da Lei Orgânica do Município.

Observa-se que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo exercício está sendo elaborado de acordo com os programas de Governo e as exigências contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.


Esperando que este projeto permita uma discussão democrática entre Executivo e Legislativo, é que submetemos a Vossa Excelência o Projeto de Lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, lembrando que o mesmo deverá ser devolvido para sanção até o encerramento da Sessão Legislativa.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de elevada consideração e apreço.

PROTOCOLO
Nº de Ordem <u>1.107</u>
Fls. Nº <u>059</u> Livro Nº <u>035</u>
<u>30/08/17</u> <u>Daniel</u>
SECRETÁRIA


MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA

LIDO EM SESSÃO
DE 05/09/2017

PRESIDENTE



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Jaguariúna, 06 de setembro de 2017

Ofício n.º 521/2017-PRE

Senhor Presidente

Passamos às mãos de Vossa Excelência, para parecer dessa digna Comissão, o **Projeto de Lei nº 034/2017, do Executivo Municipal**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências, lido em Sessão Ordinária, realizada aos 05 de setembro do corrente, por esta Casa de Leis.

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Senhoria os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.


VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Excelentíssimo Senhor

Vereador Afonso Lopes da Silva

Presidente da Comissão Perm. de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna – S.P.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 30 de outubro de 2017

Ao Senhor

Vereador Romilson Nascimento Silva

Presidente da Câmara Municipal

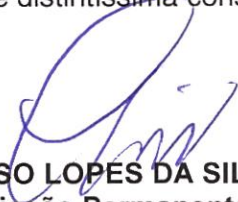
Jaguariúna – S.P.

Senhor Presidente

Solicitamos de Vossa Excelência a convocação de Audiência Pública se possível na data de **24 de novembro de 2017, sexta-feira, às 18h00**, no Plenário da Câmara Municipal, para análise dos seguintes Projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

- 1. Projeto de Lei nº 034/2017** – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
- 2. Projeto de Lei nº 035/2017**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
- 3. Projeto de Lei nº 052/2017** – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO

º de Ordem 2456
Fla Nº 095 Livro Nº 1035
30/10/2017
SECRETARIA

Rua Alfredo Bueno, 1189 – Centro – Telefones (19) 3847-4336
www.camarajaguariuna.sp.gov.br



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2017 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2017

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 48, Parágrafo Único), expede o presente **Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 004/2017**, a ocorrer no dia **24 de novembro de 2017 (sexta-feira)**, às **18:00 horas**, na Sala das Sessões da Câmara Municipal para estudo dos seguintes Projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

- 1. Projeto de Lei nº 034/2017** – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
- 2. Projeto de Lei nº 035/2017**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
- 3. Projeto de Lei nº 052/2017** – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 30 de outubro de 2017


VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente



Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.


ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

PORTARIA Nº 058 DE 2017.-

Constitui Comissão Especial de Sindicância para os fins que especifica.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc... no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista o que consta nos autos do Protocolo nº 1.462/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir, como adiante se vê, sob a presidência do primeiro, Comissão Especial de Sindicância, visando apurar responsabilidades de servidores públicos ou agentes políticos referentes ao vencimento de contrato com as empresas LAGUNA PEZZO AUTO POSTO LTDA – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL em 15/06/2017 e M.A. CAVALHIERI LTDA – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 04 MÁQUINAS DE XEROX em 01/07/2017.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI – RG nº 16.125.035-X;
CREUSA APARECIDA GOMES – RG Nº 19.624.350-6;
SÉRGIO APARECIDO PEDROSO – RG nº 15.429.233-3.

Art. 2º. A Comissão Especial de Sindicância, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogada uma vez por igual prazo.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, afixe-se e publique-se.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna
31 de outubro de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente
Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

Convite

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que ocorrerá no próximo dia 24 de novembro de 2017, sexta-feira, às 18h00, no Plenário da Câmara Municipal, para estudos dos Projetos de Lei abaixo relacionados, de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. Projeto de Lei nº 035/2017, que

dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;

3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Câmara Municipal de Jaguariúna, novembro de 2017

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2017
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2017

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 48, Parágrafo Único), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 004/2017, a ocorrer no dia 24 de novembro de 2017 (sexta-feira), às 18:00 horas, na Sala das Sessões da Câmara Municipal para estudo dos seguintes Projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 30 de outubro de 2017
VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1453 /2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA torna pública e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto na Câmara, PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017,

Constitui Comissão Especial de Sindicância para os fins que especifica.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc... no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista o que consta nos autos do Protocolo nº 1.462/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir, como adiante se vê, sob a presidência do primeiro, Comissão Especial de Sindicância, visando apurar responsabilidades de servidores públicos ou agentes políticos referentes ao vencimento de contrato com as empresas LAGUNA PEZZO AUTO POSTO LTDA – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL em 15/06/2017 e M.A. CAVALHIERI LTDA – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 04 MÁQUINAS DE XEROX em 01/07/2017.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI – RG nº 16.125.035-X;
CREUSA APARECIDA GOMES – RG nº 9.624.350-6;
SÉRGIO APARECIDO PEDROSO – RG nº 15.429.233-3.

Art. 2º. A Comissão Especial de Sindicância, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogada uma vez por igual prazo.
Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, afixe-se e publique-se.
Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 31 de outubro de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente
Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

Convite

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que ocorrerá no próximo dia 24 de novembro de 2017, sexta-feira, às 18h00, no Plenário da Câmara Municipal, para estudos dos Projetos de Lei abaixo relacionados, de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. Projeto de Lei nº 035/2017, que

Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Câmara Municipal de Jaguariúna, novembro de 2017

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2017
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2017

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 48, Parágrafo Único), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 004/2017, a ocorrer no dia 24 de novembro de 2017 (sexta-feira), às 18:00 horas, na Sala das Sessões da Câmara Municipal para estudo dos seguintes Projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 30 de outubro de 2017
VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1453 /2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA torna pública e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto na Câmara, PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017,

Local para realização do credenciamento e recebimento dos envelopes PROPOSTA e HABILITAÇÃO: Sala Das Sessões da Câmara Municipal de Jaguariúna, rua Alfredo Bueno nº1189- Centro – Jaguariúna/SP – CEP 13.820-000, no dia 24 de novembro de 2017, com início às 9 horas.

Os interessados poderão extrair edital na íntegra a partir do dia 06/11/2017, através do site: www.camarajaguairuna.sp.gov.br, ou pessoalmente na sede da Câmara, endereço acima descrito.

Mais informações poderão ser solicitadas por e-mail Rosangelaribeiro@camarajaguairuna.sp.gov.br ou telefones (19) 3847-4336 e 38474320 – Rosângela.
Jaguariúna, 01 de novembro de 2017.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1440/2017
Exclusivo de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA torna pública e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto na Câmara, PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017, cujo OBJETO é a Aquisição de 40 (quarenta) Cestas Natalinas, compostas pelos LOTES A e B, para distribuição aos servidores da Câmara Municipal de Jaguariúna.

Local para realização do credenciamento e recebimento dos envelopes PROPOSTA e HABILITAÇÃO e das AMOSTRAS: Sala Das Sessões da Câmara Municipal de Jaguariúna, rua Alfredo Bueno nº1189- Centro – Jaguariúna/SP – CEP 13.820-000, no dia 22 de novembro de 2017, com início às 9 horas. Os interessados poderão extrair edital na íntegra a partir do dia 06/11/2017, através do site: www.camarajaguairuna.sp.gov.br, ou pessoalmente na sede da Câmara, endereço acima descrito.

Mais informações poderão ser solicitadas por e-mail Rosangelaribeiro@camarajaguairuna.sp.gov.br ou telefones (19) 3847-4336 e 38474320 – Rosângela.
Jaguariúna, 01 de novembro de 2017.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1100 /2017
Exclusivo de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA torna pública e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto na Câmara, PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Convite

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que ocorrerá no próximo **dia 24 de novembro de 2017, sexta-feira, às 18h00, no Plenário da Câmara Municipal**, para estudos dos Projetos de Lei abaixo relacionados, de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. **Projeto de Lei nº 034/2017** – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. **Projeto de Lei nº 035/2017**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
3. **Projeto de Lei nº 052/2017** – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Câmara Municipal de Jaguariúna, novembro de 2017


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade



Ao Senhor Vereador
Afonso Lopes da Silva
Nesta

Ao Senhor Vereador
Alfredo Chiavegato Neto
Nesta

Ao Senhor Vereador
Ângelo Roberto Torres
Nesta

À Senhora Vereadora
Cássia Murer Montagner
Nesta

Ao Senhor Vereador
Cristiano José Cecon
Nesta

Ao Senhor Vereador
David Hilário Neto
Nesta

À Senhora Vereadora
Inalda Lúcio B. Santana
Nesta

Ao Senhor Vereador
José Muniz
Nesta

Ao Senhor Vereador
Luiz Carlos de Campos
Nesta

Ao Senhor Vereador
Rodrigo da Silva Blanco
Nesta

Ao Senhor Vereador
Romilson Nascimento Silva
Nesta

À Senhora Vereadora
Taís Camellini Esteves
Nesta

Ao Senhor Vereador
Walter Luís Tozzi de Camargo
Nesta

À Senhora
Andréa Dias Lizun Bergamasco
Secretária de Gestão Social e Cidadania
Nesta

À Senhora
Maria das Graças Hansen Albaran Santos
Secretária de Turismo e Cultura
Nesta

À
Secretaria de Segurança Pública
Nesta

À
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e
Social
Nesta

À Senhora
Cristina Pinto Catão B. Hosikawa
Secretária de Educação
Nesta

À Senhora
Cristina Ap. Rossi Serra
Secretária de Governo e Finanças
Nesta

Ao
Departamento de Comunicação
Nesta

À
Secretaria de Gestão Ambiental
Nesta

Ao Senhor
Valdir Parisi
Secretário de Governo
Nesta

Ao Senhor
Rafael da Silva Blanco
Secretário de Esportes e Lazer
Nesta



Ao Senhor
Fabiano Augusto Rodrigues Urbano
Secretário de Negócios Jurídicos
Nesta

À
Secretaria de Obras e Serviços
Nesta

À
Secretaria de Planejamento e Habitação
Nesta

À Senhora
Maria Emilia Peçanha de Oliveira Silva
Secretária de Gabinete
Nesta

À Senhora
Maria do Carmo de Oliveira Pelisão
Secretária de Saúde
Nesta

À Senhora
Flora Maria Bernardes Reis
Presidente do Fundo Social de Solidariedade
Nesta

Ao
Conselho Municipal de Educação
R: XV de Novembro, 563 – Santa Cruz
13820-000 – Jaguariúna – SP

Ao
Conselho Municipal de Segurança
Pça Peru, 141, Bairro Nova Jaguari
13820- 000 – Jaguariúna – SP

Ao
Cons.Mun. de Defesa do Meio Ambiente -
Nesta

Ao
Conselho Mun.Dir.Criança e do Adolescente
Nesta

Ao
Conselho Municipal de Saúde
Nesta

Ao
Conselho Tutelar de Jaguariúna
Nesta

Ao Senhor
Tomaz de Aquino Pires
Coordenador da Casa da Memória
Padre Antonio Joaquim Gomes
Nesta

Ao Senhor
1º Ten.PM Luis Gustavo Ap. Tuckumantel
Comandante do 1º PEL/PM
Nesta

À Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal
Nesta

À
Rádio FM Estrela
Av. Marginal, 600 - Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP

À Senhora
Zaira Palermo Bodini
Representante do Centro de Prof. Paulista
R. Cândido Bueno, 1073 – Aptº 22 - Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP.

Ao Senhor
Wilson Melilo
Presidente do Centro Equoterapia de
Jaguariúna
Cx Postal 62
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Carlos Gomes Pires
Pres.Grupo Escoteiro Jaguar
Rua: João Pires Germano, 121- Jardim Alice
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Associação Amigos do Padre Gomes
Rua Cel. Amâncio Bueno, 473- Centro
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Juliana Belinatti Menardo
Delegada Titular de Jaguariúna
Nesta



À Senhora
Dra. Renata Stela Quirino Malachias
Dir. Pres. Associação Santa Maria de Saúde-
ASAMAS -Hospital "Walter Ferrari"
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Superintendência Técnica da Associação
Santa Maria de Saúde - ASAMAS –
R: Amazonas, 08- Dom Bosco
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Manoel Alberto Barreiros Azevedo
Superintendente Admin. e Financeiro da
Associação Santa Maria de Saúde- ASAMAS
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
13820000- Jaguariúna SP

Ao Senhor
Elias de Oliveira
Presidente do Clube dos Desbravadores
"Falcão da Colina"
R: Lanzoni, 168- Nassif
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Pastoral da Criança
R: Pires, 136- Nassif
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Comunitá Italiana de Jaguariúna
R: Maranhão, 104- São João
13820000- Jaguariúna

Ao
Presidente Associação Trilhos do Jequitibá
R: Candido Bueno, 1.299 sala 13 – centro
13820-000 Jaguariúna SP.

À
APAE - Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais
R: Amazonas, 1296- Mauá I
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Dr. Elmir Kalil Abi Chedid
Dir. Estâncias Metrópolis Turismo e Viação
Ltda e da Expresso Met. e Viagens Ltda.
Rua Testa, 280 – Jd. São Sebastião
13.820-000 - Jaguariúna – S.P.

À
Associação de Engenheiros, Arquitetos e
Agrônomos de Jaguariúna – AEAAJ.
13820-000 Jaguariúna SP.

À Senhora
Rita de Cássia Siste Bergamasco
Vice Prefeita
Nesta

À Senhora
Maria do Carmo Santiago Leite
Presidente da OAB de Jaguariúna
R: Joaquim Bueno, 1273 – Centro
Nesta



112

Ao Senhor

Antonio Roberto T.Alves portaldosbrindes@hotmail.com
Pres. Ass. Amigos de Bairros
Jardim Europa/Sylvio Rinaldi
Rua Paulo Savioli, 32 – Jd.Europa
13820-000 – Jaguariúna/SP

Ao Senhor

Carlos Roberto Oliveira integradaadm@gmail.com
Pres. Ass. Amigos de Br.-Cond. Long Island
Integrada condomínios.
Nesta

Ao Senhor

Marcelo Oliveira A.Moraes integradaadm@gmail.com
Pres. Ass. Amigos de Bairros
Integrada Condomínios –
13820-000 – Jaguariúna/SP.

À Sua Excelência a Senhora

Ana Paula Colabono Arias
Juíza da 2ª Vara da Comarca de
Jaguariúna/SP.
pjajaguariuna@mp.sp.gov.br; flaviatravaglino@mp.sp.gov.br

À Sua Excelência o Senhor

Dr. Marcelo Forli Fortuna
Juiz da 1ª Vara da Comarca
Jaguariúna/SP.
pjajaguariuna@mp.sp.gov.br; flaviatravaglino@mp.sp.gov.br

À Sua Excelência a Senhora

Aline Moraes
Promotora de Justiça
Jaguariúna/SP.
pjajaguariuna@mp.sp.gov.br; flaviatravaglino@mp.sp.gov.br

À Senhora

Flávia Travaglini
Promotora de Justiça
Jaguariúna/SP.
pjajaguariuna@mp.sp.gov.br; flaviatravaglino@mp.sp.gov.br

À Senhora

Elizete Moura
Diretora do Ofício Judicial-
Fórum de Jaguariúna
13820-000 Jaguariúna SP.
pjajaguariuna@mp.sp.gov.br; flaviatravaglino@mp.sp.gov.br

À Senhora

Maria do Carmo Santiago Leite
Presidente da OAB de Jaguariúna
R: Joaquim Bueno 1273 Centro
13820-000 – Jaguariúna – SP
jaguariuna@oabsp.org.br

Ao

Jornal de Jaguariúna – JJ
Jaguariúna/SP
recepcao@jornaldejaguariuna.net

Ao

Jornal Gazeta Regional
Jaguariúna/SP
camilo@gazetaregional.com.br;

À

Rádio Nova Sertaneja novasertanejafm@uol.com.br
R: Amapá, 43 – Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP

Ao Senhor

Prof. Dr. Ricardo Jorge Tannus
Diretor Geral FAJ - Faculdade de Jaguariúna
R. Amazonas, 504 – Br. Dom Bosco
13820-000 – Jaguariúna/SP.
diretorfaj1@faj.br; diretorfaj2@faj.br

Ao Senhor

Flávio Fernandes Pacetta
Diretor da FAJ- Faculdade de Jaguariúna
R: Amazonas, 504
13820-000 Jaguariúna SP.
diretorfaj1@faj.br; diretorfaj2@faj.br

Ao Senhor

Beniamino Fábio Di Gióia
Diretor da Escola SENAI
Rua Anésia Venturini Zani, 62 -Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP.
secretaria513@sp.senai.br

Ao Senhor

José Luciano Souza
Presidente do Rotary Club de Jaguariúna
Rua Pernambuco, 47 – São João
13820-000 – Jaguariúna – SP
jlsouza987@gmail.com



113

Ao Senhor
Wilson Roberto Pezzo
Pres. APAE- Associação Pais Amigos dos
Excepcionais
R: Amazonas, 1296- Mauá I
13820-000 Jaguariúna SP.
(apaejaguariuna@uol.com.br); (anagottardo@yahoo.com.br)

Ao Senhor
José Luciano de Souza
Pres. AJJA- Associação Jaguariúnense de
Jovens Aprendizes
R: Rio Grande do Sul, 488- Jardim Sonia
13820-000 Jaguariúna S.P.
(Coordenacao.administrativa@ajja.org.br)

Ao Senhor
Paul Van Opstal
Pres. Do Projeto Lar Feliz
Estância Recanto Alvorada-Br. Borda da Mata
13820-000 Jaguariúna SP.
(projetolarfeliz123@hotmail.com)

Ao Senhor
Reinaldo Vítório Chiavegato
Presidente da ACIJ- Associação Comercial
Industrial de Jaguariúna
R: Julia Bueno, 651 - Centro
13820-000 Jaguariúna SP.
(atendimento@acijaguariuna.com.br)

À Senhora
Carlota Assunção Ferreira Souza
Presidente Casa da Amizade de Jaguariúna
R: Pernambuco, 47 – São João
13820-000 Jaguariúna SP
(cafsouza1408@gmail.com)

Ao Senhor
Valdemir Martins (integradaadm@gmail.com)
Pres. A.Prop.Lot.Urbanos Pq.Ana Helena
Integrada Condomínios
Nesta

Ao Senhor
Edmir Bonfim – ass.carisma2015@outlook.com
Dir. Presidente da Associação Carisma de
Educação, Cultura, Recuperação e
Integração Social Jaguariúna
Rua F – Quadra G – Lote 1 – Chácara Sto.
Antonio
13820-000 Jaguariúna SP.

e-mails para ofícios circulares e comunicados
extra-protocolos.

integradaadm@gmail.com;
pjjaguariuna@mp.sp.gov.br;
flaviatravaglini@mp.sp.gov.br;
recepcao@jornaldejaguariuna.net;
Camilo@gazetaregional.com.br
novasertanejafm@uol.com.br; diretorfaj1@faj.br;
diretorfaj2@faj.br; secretaria513@sp.senai.br;
jlsouza987@gmail.com;
apaejaguariuna@uol.com.br;
anagottardo@yahoo.com.br;
coordenacao.administrativa@ajja.org.br;
projetolarfeliz123@hotmail.com;
atendimento@acijaguariuna.com.br;
cafsouza1408@gmail.com;
sas@jaguariuna.sp.gov.br;
fernando.setuc@jaguariuna.sp.gov.br;
defesasocial@jaguariuna.sp.gov.br;
seduc@jaguariuna.sp.gov.br;
inaiana.vicentin@jaguariuna.sp.gov.br;
rafaela@jaguariuna.sp.gov.br;
durlacher@jaguariuna.sp.gov.br;
juridico@jaguariuna.sp.gov.br;
obras@jaguariuna.sp.gov.br;
flavio@jaguariuna.sp.gov.br;
tania.jaguarprev@jaguariuna.sp.gov.br;
patricia.jaguarprev@jaguariuna.sp.gov.br;
gisele.vida@jaguariuna.sp.gov.br;
sms.adm@jaguariuna.sp.gov.br;
portaldosbrindes@hotmail.com
ass.carisma2015@outlook.com



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Jaguariúna, 7 de novembro de 2017

À Senhora

Cristina Aparecida Rossi Serra

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Jaguariúna – S.P.

Prezada Senhor:

Tendo em vista Vossa Senhoria estar diretamente relacionado à formulação dos Projetos de Lei abaixo relacionados, tem esta a finalidade especial de **CONVIDAR** Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo **dia 24 de novembro de 2017, sexta-feira, às 18h00, no Plenário da Câmara Municipal**, para estudos dos mesmos:

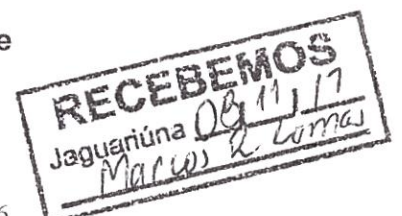
1. **Projeto de Lei nº 034/2017** – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. **Projeto de Lei nº 035/2017**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
3. **Projeto de Lei nº 052/2017** – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Solicitamos, se assim Vossa Senhoria achar conveniente, que sejam enviados técnicos dessa Secretaria que possam discorrer sobre referido projeto, esclarecendo-nos sobre as dúvidas que certamente surgirão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria nossas manifestações de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade



Executivo Municipal:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;

2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;

3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Câmara Municipal de Jaguariúna, novembro de 2017

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2017
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2017

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 48, Parágrafo Único), expede o

3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 30 de outubro de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA
VENTURINI
Diretora Geral

RESOLUÇÃO Nº 186
(Autoria: David Hilário Neto – PTB; Romilson Nascimento Silva – PV; Walter Luís Tozzi de Camargo – PMDB; Cássia Murer Montagner – PR; Inalda Lúcio de Barros Santana – PMDB;

ção nº 185/2017, que dá nova redação ao artigo 1º, da Resolução nº 175/2016.

Art. 2º. Passa a vigorar a Resolução nº 175, que dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Jaguariúna, e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidência da Câmara Municipal, 8 de novembro de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA
VENTURINI
Diretora Geral

Pauta dos Trabalhos da 25ª Sessão Ordinária, de 07/11/2017

ORDEM DO DIA

Em Única Discussão:

Processo CM nº 105/2017, do Executivo Municipal – Veto Total oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2017 – do Sr. Alfredo



CAMPEONATO MUNICIPAL DE
XADREZ 2017

VENHA PAR

26 NOVEMBRO
DOMINGO

CATEGORIAS:
SUB 10
SUB 14
ADULTO

INSCRIÇÕES NO DIA DO EVENTO
INFORMAÇÕES: 19 3867-4240

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS
CÂMARA MUNICIPAL
Convite

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que ocorrerá no próximo dia 24 de novembro de 2017, sexta-feira, às 18h00, no Plenário da Câmara Municipal, para estudos dos Projetos de Lei abaixo relacionados, de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Câmara Municipal de Jaguariúna, novembro de 2017

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2017 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2017
ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 48, Parágrafo Único), expede o

presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 004/2017, a ocorrer no dia 24 de novembro de 2017 (sexta-feira), às 18:00 horas, na Sala das Sessões da Câmara Municipal para estudo dos seguintes Projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 30 de outubro de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

RESOLUÇÃO Nº 186
(Autoria: David Hilário Neto – PTB; Romilson Nascimento Silva – PV; Walter Luís Tozzi de Camargo – PMDB; Cássia Murer Montagner – PR; Inalda Lúcio de Barros Santana – PMDB;

Cristiano José Cecon – PV; Afonso Lopes da Silva – PPS; Ângelo Roberto Torres – PTB; Rodrigo da Silva Blanco – PMDB; Tais Camellini Esteves – PPS e José Muniz – PTB)

Revoga a Resolução nº 185/2017.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc...

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica revogado o inteiro teor da Resolução nº 185/2017, que dá nova redação ao artigo 1º, da Resolução nº 175/2016.

Art. 2º. Passa a vigorar a Resolução nº 175, que dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Jaguariúna, e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidência da Câmara Municipal, 8 de novembro de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral
Pauta dos Trabalhos da 25ª Sessão Ordinária, de 07/11/2017

ORDEM DO DIA

Em Única Discussão:

Processo CM nº 105/2017, do Executivo Municipal – Veto Total oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2017 – do Sr. Alfredo


CAMPEONATO MUNICIPAL DE
XADREZ 2017
VENHA PAR
**26 NOVEM
DOMINGO**
**CATEGORIAS:
SUB 10
SUB 14
ADULTO**
INSCRIÇÕES NO DIA DO EVENTO

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS
CÂMARA MUNICIPAL
Convite

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que ocorrerá no próximo dia 24 de novembro de 2017, sexta-feira, às 18h00, no Plenário da Câmara Municipal, para estudos dos Projetos de Lei abaixo relacionados, de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Câmara Municipal de Jaguariúna, novembro de 2017

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Pauta dos Trabalhos da 26ª Sessão Ordinária, de 14/11/2017

Expediente:

Dos Senhores Vereadores:

Requerimentos:

1. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a existência ou não de um cronograma para manutenção de pintura de sinalização de trânsito, em especial das faixas de pedestres que especifica;
2. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a existência ou não de um cronograma para manutenção de pintura da sinalização de trânsito, em especial do cruzamento da rua Francisco Dal'Bó, sentido Guedes e Bom Jardim.;
3. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva, solicitando ao Executivo Municipal informar se existem estudos nessa Administração, que incluam o critério de avaliação para os funcionários concursados designados a prestarem serviços em outros departamentos e/ou setores ligados ao Estado, União e ao Poder Judiciário;
4. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a fiscalização das obras dos acessos viários do bairro de Guedes que estão sendo realizadas;
5. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal informar se será encaminhado ao Legislativo, ainda neste exercício, Projeto de Lei visando aumentar o número de vagas disponíveis do Programa Municipal Universidade para Todos – PROUNI Municipal para o próximo ano;
6. Do Sr. Afonso Lopes da Silva solicitando à Renovias Concessionária S/A sinalização adequada na Rod. SP-340, trecho onde fica a entrada do Br. Bananal, informando

Santa Júlia. (com cópia para a CPFL Jaguari);

8. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando à AGEMCAMP informar se existe a possibilidade de implantação de "cartão único", de gratuidade no transporte público para utilização do idoso e das demais gratuidades prevista em lei, com validade para todos os municípios que compõem a RMC -Região Metropolitana de Campinas;
 9. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal informar quais as providências tomadas para captura e guarda de animais de grande porte (bovino e equino) que se encontrarem soltos pelas ruas da Cidade e quais órgãos responsáveis por estes serviços;
 10. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal informar sobre a possibilidade da área municipal existente no Bairro Colina do Castelo, no final da Av. Milton Fortunato Guglielminetti, ser utilizada como Centro de Treinamento para o Canil e como base para a ROMU da Guarda Municipal;
 11. Da Sra. Inalda Lúcio Barros Santana – Inalda Cabeleireira, solicitando ao Executivo Municipal informações das Indicações 75, 22 e 90 de 2017 de sua autoria, que não foram atendidas;
 12. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal Relatório das Despesas Pormenorizadas até a presente data, referente à Receita de 2017, destinada ao Departamento de Trânsito Municipal, e valores arrecadados;
 13. Do Sr. José Muniz solicitando ao Deputado Federal Nelson Marquezelli, destinar verba para ampliação de Creches que especifica no Município;
 14. Do Sr. José Muniz solicitando ao Deputado Federal Jefferson Campos, doar uma VAN e um veículo pequeno para a área da Saúde do Município.
- Indicações:**
1. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva, solicitando ao Executivo Municipal a mudança do ponto de ônibus da rua Cosmópolis, próximo a Central Clínica nº 82, para a mesma rua, na altura da escada que dá acesso ao Pronto Socorro do Hospital Municipal Walter Ferrari;
 2. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal para quando for denominar alguma rua ou algum próprio municipal lembrar-se da pessoa da Senhora "Neusa de Campos Santos";
 3. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal que seja feita manutenção na Praça defronte ao Hospital, no que concerne à manutenção e conserto dos brinquedos, bem como a garantia da iluminação, trocando as lâmpadas queimadas;
 4. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal que seja feita manutenção no Parque Serra Dourada, no que concerne à manutenção e conserto dos brinquedos, bem como a garantia da iluminação, trocando as lâmpadas queimadas;
 5. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal que seja feita manutenção no Parque Luis Barbosa, no que concerne à manutenção e conserto dos brinquedos, bem como a garantia da iluminação, trocando as lâmpadas queimadas;
 6. Do Sr. José Muniz solicitando ao

7. Da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na Rua Nelson Righi, altura do nº 78, Parque dos Ipês.;
8. Da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal repintura da lombada na Av. Pacífico Moneda, altura do nº 349;
9. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal repintura da faixa de pedestres na Rua Maranhão, defronte à Empresa INBRASC;
10. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal manutenção no bueiro existente na Rua Orlando Tonini, no Bairro Jardim Imperial;
11. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal repintura das faixas de pedestres e "PARE", no balão da escola Prefeito Joaquim Pires Sobrinho II;
12. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na Rua Bernardino, defronte ao nº 975, na Vila 12 de Setembro I;
13. Da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal para que a Rede Municipal de Ensino que atendem crianças de 3 a 5 anos volte a funcionar em período integral, criando novas vagas p/crianças de 0 a 3 anos nas creches do município;
14. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal para demarcar vagas para idosos na Rua Alfredo Engler, em frente ao próximo ao prédio da Farmácia de Alto Custo;
15. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal em caráter de urgência, reparo na Rua Pernambuco, próximo à Rua Paraná;
16. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal que não deixe faltar materiais de trabalho e produtos para as atividades diárias das pessoas que frequentam o CAPS, na Roseira;
17. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco solicitando ao Executivo Municipal Construção de lombada Av. Pacífico Moneda, altura Condomínio Portal das Palmeiras, Bairro Vargeão;
18. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal alteração de trânsito na rotatória da Av. Antonio Pinto Catão com Av. Rinaldi, conforme especifica;
19. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal poda de uma árvore na rua Macieira, esquina com Rua Galo, em frente ao posto de saúde Domingos Granghelli, Bairro Roseira de Cima;
20. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana solicitando ao Executivo Municipal melhorias em ruas que especifica no bairro Santo Antonio do Jardim;
21. Da Sra. Taís Camellini Esteves – Taís da Água solicitando ao Executivo Municipal para que seja feita a limpeza e poda do mato no Bairro Colinas do Castelo;
22. Da Sra. Taís Camellini Esteves – Taís da Água solicitando ao Executivo Municipal para que seja feita a limpeza e poda do mato na Praça do Bairro Cruzeiro do Sul;
23. Da Sra. Taís Camellini Esteves – Taís da Água solicitando ao Executivo Municipal para que seja feita a limpeza e poda do mato da Praça Mogi Mirim.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PAUTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ESTUDOS DOS PROJETOS DE LEI: Nº 034/2017 – DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO, PARA O PERÍODO DE 2018 A 2021; Nº 035/2017, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; Nº 052/2017 – ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO, DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO – SAE E DO FUNDO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS – RPPS, PARA O EXERCÍCIO DE 2018, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 48 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000), REALIZADA AOS 24 DE NOVEMBRO DE 2017, NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal faz a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva;
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva, convida os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo os Srs. Cristiano José Cecon, Vice-Presidente; Luiz Carlos de Campos, Secretário, e a Sra. Cristina Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças que fará explanações a respeito do projeto.
- O Sr. Presidente explica o procedimento para a realização da referida Audiência em conformidade com o Art. 271, §§, do Regimento Interno:
 - Será feita a leitura dos Projetos de Lei em discussão e dos ofícios apresentando adequações.
 - Os expositores, tanto autores, como técnico do Executivo Municipal terão vinte minutos (cada um) para fazer a explanação a respeito do Projeto de Lei;
 - os Vereadores poderão usar a palavra por cinco minutos, tendo os expositores o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas;
 - as pessoas presentes na Assembléia também poderão usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto às Secretárias da Câmara presentes na Assembléia;
- e determina a leitura dos seguintes projetos e ofícios solicitando adequações:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;

3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018;

4. Ofício DER Nº 0122/2017 – dando resposta ao Ofício nº 690/2017 – PRE, que encaminhou solicitação da Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Contabilidade sobre equívocos nos Projetos de Lei nºs 034/2017 e 035/2017 (Adequações PPA);

5. Ofício DER Nº 0123/2017 – dando resposta ao Ofício nº 690/2017 – PRE, que encaminhou solicitação da Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Contabilidade sobre equívocos nos Projetos de Lei nºs 034/2017 e 035/2017 (Adequações LDO);

6. Ofício DER Nº 0124/2017 – dando resposta ao Ofício nº 690/2017 – PRE, que encaminhou solicitação da Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Contabilidade sobre equívocos nos Projetos de Lei nºs 034/2017 e 035/2017 (Adequações LOA).

- O Sr. Presidente passa a palavra à Sra. Secretária Municipal de Administração e Finanças para explanações a respeito do projeto.

.....
.....

- Deixa livre a palavra aos inscitos, pela ordem, que terão no máximo, 5 minutos para uso da palavra.

.....
.....

- Palavras do Sr. Presidente.

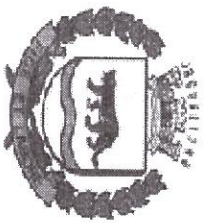
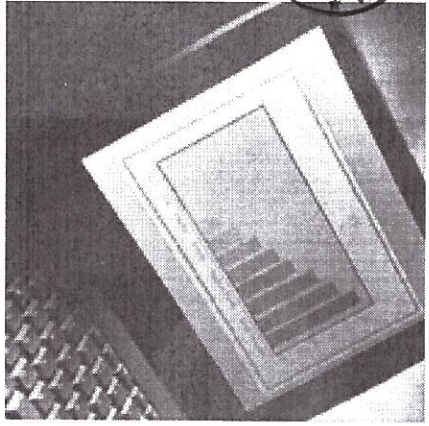
- Encerramento da Audiência Pública.

Secretaria da Câmara Municipal, aos 24 de novembro de 2017


Alzira Eleani de Campos Souza Venturini
Diretora Geral



119

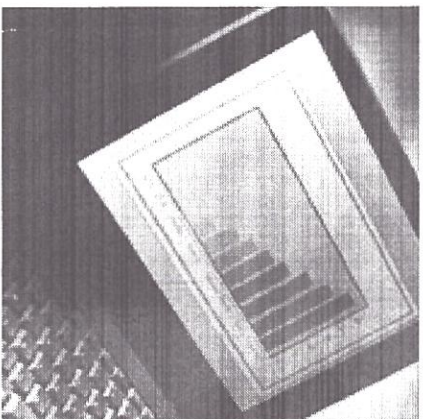


MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

PPA – 2018 a 2021

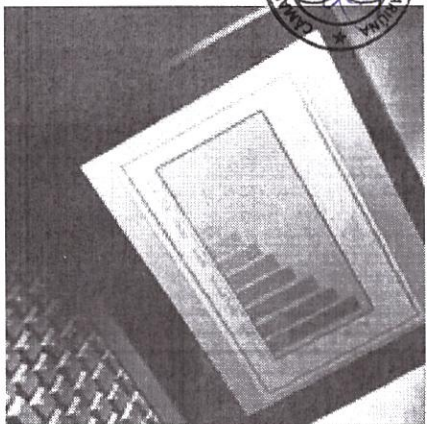
LDO – 2018

LOA - 2018



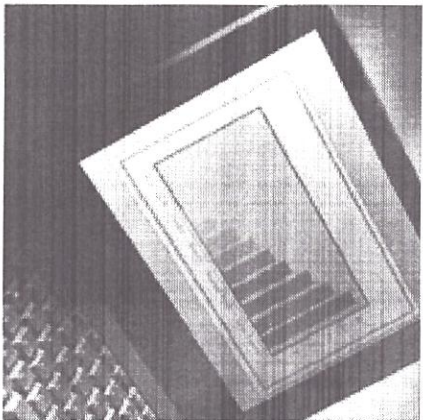
O que é o PPA?

- - É o programa de governo e projeto de desenvolvimento do município, a curto e médio prazo.
- Planeja as ações do governo para 03 anos de seu mandato e mais um ano do governo seguinte, com o objetivo de garantir a continuidade das ações governamentais.
- Elaborada quadrienalmente.



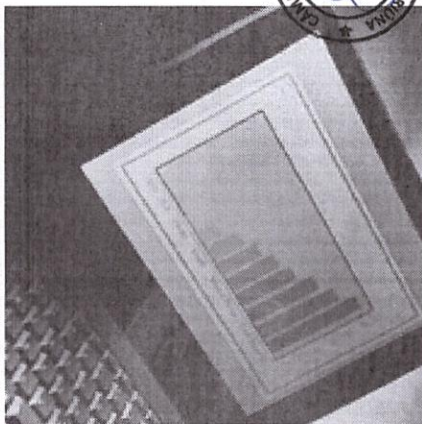
O QUE É A LDO?

- - Lei de Diretrizes orçamentárias:
- Define as metas e prioridades das obras e serviços a serem realizados a curto prazo, que devem constar no Orçamento.
- É elaborada anualmente



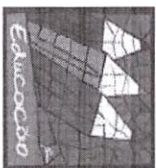
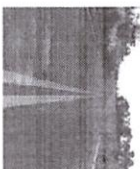
O QUE É A LOA?

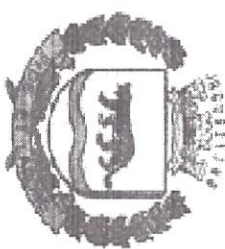
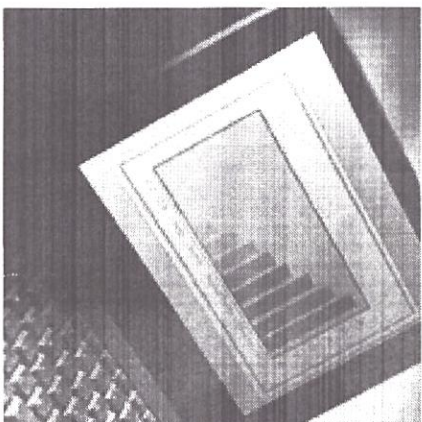
- LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
- A LOA disciplina todas as ações do Governo.
- Estima a receita e fixa a despesa do município, conforme as diretrizes estabelecidas na LDO, retratando as metas prioritárias de curto prazo.



PLANEJAMENTO PPA, LDO E LOA

2018

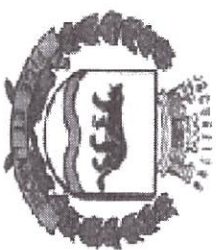




PPA, LDO E LOA

RECEITAS PREVISTAS - 2018

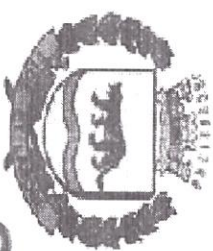
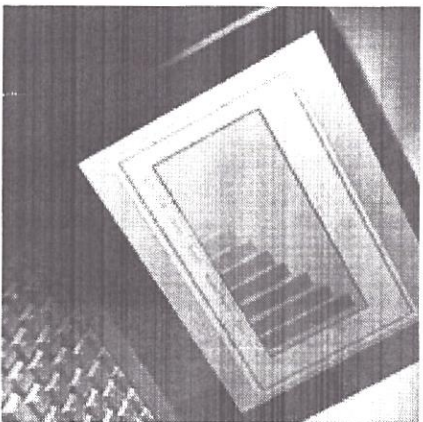
RECEITAS CORRENTES	R\$ 370.166.370,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 5.545.630,00
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 375.712.000,00



PPA, LDO E LOA

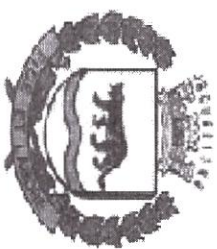
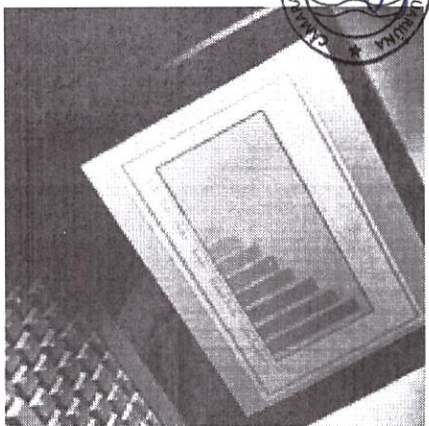
DESPESAS PREVISTAS - 2018

DESPESAS CORRENTES	R\$ 316.794.970,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 28.292.030,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 30.625.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 375.712.000,00



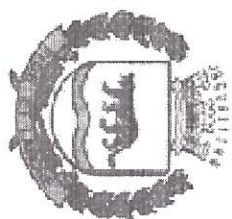
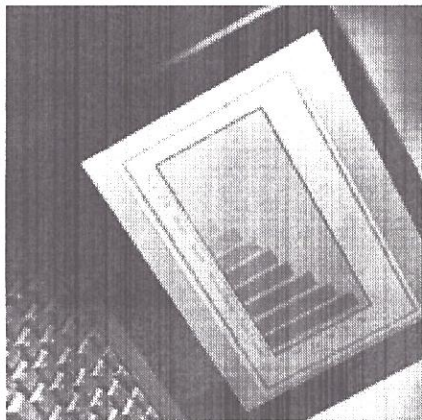
SEGURANÇA PÚBLICA

- FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL, MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE PÚBLICO E PROMOÇÃO DA ORDEM E SEGURANÇA PÚBLICA.
- Valor total: R\$ 21.333.280,00



EDUCAÇÃO

- PROMOÇÃO, SUPERVISÃO, INCENTIVO, EXECUÇÃO E APOIO AO ENSINO.
- **Valor total: R\$ 91.086.581,00**



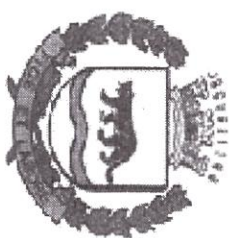
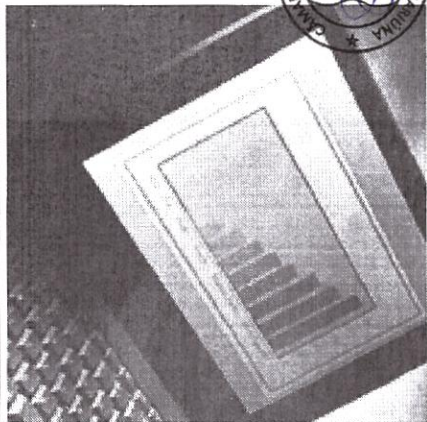
SAÚDE

- REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE MUNICIPAL.

Secretaria de Saúde 48.123.817,00

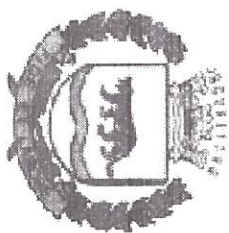
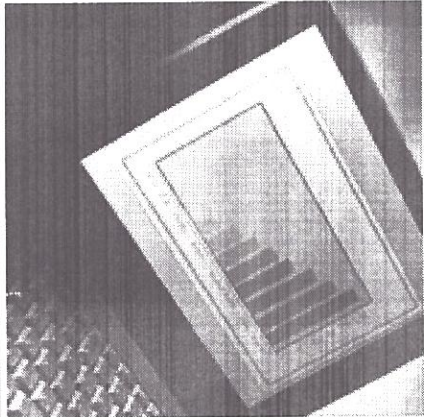
Hospital Municipal 47.800.000,00

Valor Total: 95.923.817,00



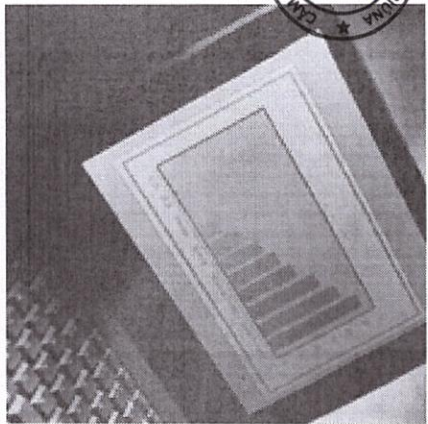
GESTÃO AMBIENTAL

- AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTOS.
- Valor total: R\$ 16.682.000,00



ASSISTÊNCIA SOCIAL

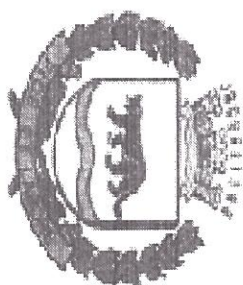
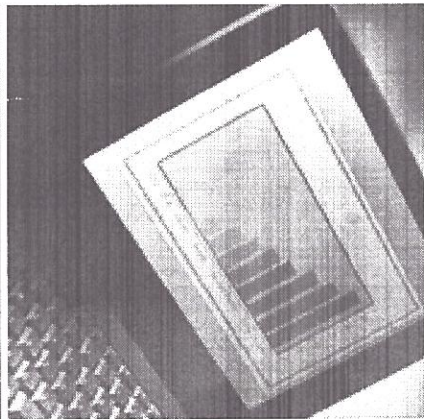
- PROMOVER A EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL.
- Valor total: R\$ 12.031.421,00



DEMAIS:

. LEGISLATIVO MUNICIPAL, GESTÃO ADMINISTRATIVA, PROMOÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA, OBRAS E SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

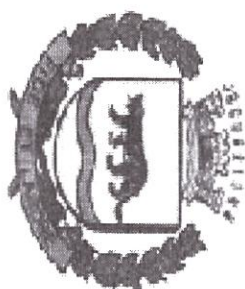
. Valor total: R\$ 234.578.718,00



PLANILHA DE CÁLCULOS
ORÇAMENTO 2018

QUADRO DE RECEITAS

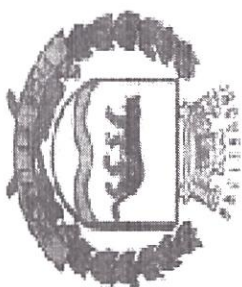
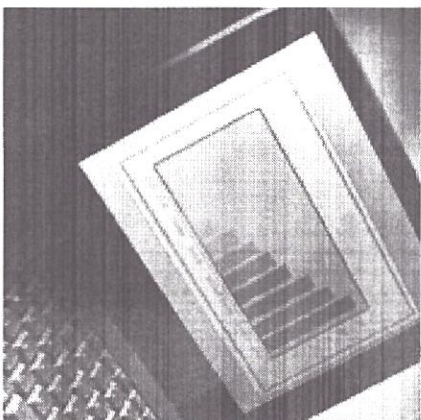
Receita Geral		R\$ 375.712.000,00
Receita de Impostos		R\$ 289.028.100,00
Receita FUNDEB		R\$ 34.700.000,00



ASPECTOS LEGAIS

EDUCAÇÃO

RECEITA DE IMPOSTOS	R\$ 289.028.100,00
APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA – 25%	R\$ 72.257.025,00
Despesas-Ensino Infantil , Fundamental e FUNDEB	R\$ 91.086.581,00
Contas Redutoras (FUNDEB)	R\$ 45.588.980,00
Auxílios do Ensino	R\$ 43.440.810,95
TOTAL DAS DESPESAS LÍQUIDAS	R\$ 93.234.750,05
Percentual Aplicado	32,26%



FUNDEB

RECEITA PREVISTA

R\$ 34.700.000,00

**APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA
NO MAGISTÉRIO – 60%**

R\$ 20.820.000,00

Despesas previstas com Magistério

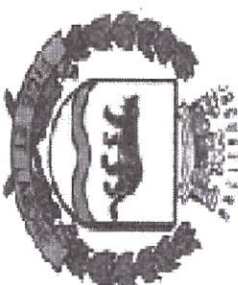
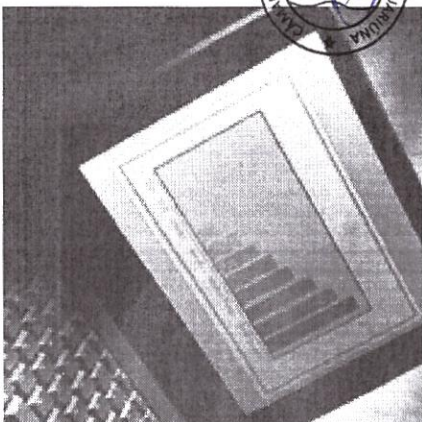
R\$ 27.840.000,00

Percentual Aplicado

80,23%

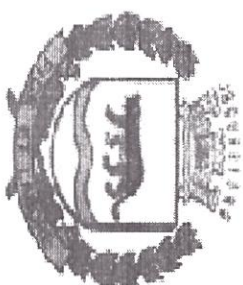
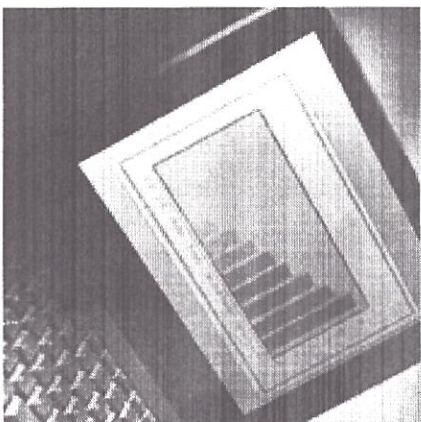


127



SAÚDE

RECEITA DE IMPOSTOS	R\$ 282.028.100,00
APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA – 15%	R\$ 43.354.215,00
Despesas com Saúde	R\$ 95.923.817,00
Auxílios da Saúde	R\$ 10.366.835,72
TOTAL DAS DESPESAS LÍQUIDAS	R\$ 85.556.981,28
PERCENTUAL APLICADO	29,60%



DESPESAS COM PESSOAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

R\$ 333.666.370,00

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

R\$ 142.601.862,77

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO

42,74%



122



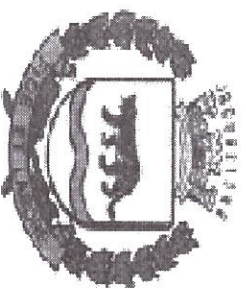
SINTESE ORÇAMENTÁRIA

ORGÃOS	CORRENTES - R\$	CAPITAL - R\$	RESERVA	TOTAL
SECRETARIA DE GABINETE	4.746.500,00	24.000,00	0,00	4.770.500,00
SECRETARIA DE GOVERNO	8.232.800,00	2.000,00	0,00	8.234.800,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	19.237.801,00	15.213.000,00	1.000.000,00	35.450.801,00
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	234.300,00	2.000,00	0,00	236.300,00
SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURIDICOS	2.485.900,00	2.000,00	0,00	2.487.900,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.261.021,00	770.400,00	0,00	12.031.421,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	868.100,00	0,00	0,00	868.100,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	88.656.581,00	2.430.000,00	0,00	91.086.581,00



SINTESE ORÇAMENTÁRIA

SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	5.247.450,00	622.000,00	0,00	5.869.450,00
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	16.081.300,00	600.700,00	0,00	16.682.000,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS	26.852.170,00	5.365.630,00	0,00	32.217.800,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	2.124.650,00	50.000,00	0,00	2.174.650,00
SECRETARIA DE SAÚDE	93.521.817,00	2.402.000,00	0,00	95.923.817,00
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	4.252.600,00	260.000,00	0,00	4.512.600,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	20.985.180,00	348.100,00	0,00	21.333.280,00
CÂMARA MUNICIPAL	5.840.000,00	200.000,00	0,00	6.040.000,00
SAE- SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO	800,00	200,00	0,00	1.000,00
FUNDO ESPECIAL PREV SOCIAL SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAIS	6.166.000,00	0,00	29.625.000,00	35.791.000,00



PPA – 2018 A 2021

LDO 2018

LOA 2018

• **Márcio Gustavo B. Reis**

Prefeito Municipal

• **Rita de Cassia Siste Bergamasco**

Vice-Prefeita

• **Equipe Técnica:**

• **Cristina Ap. Rossi Serra – Secretária de Administração e Finanças**

• **Daiane Fernanda Ferreira – Diretora Depto. Contabilidade e Orçamento**



130

Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ESTUDOS DOS PROJETOS DE LEI: Nº 034/2017 – DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO, PARA O PERÍODO DE 2018 A 2021; Nº 035/2017, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; Nº 052/2017 – ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO, DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO – SAE E DO FUNDO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS – RPPS, PARA O EXERCÍCIO DE 2018, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 48 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000), REALIZADA AOS 24 DE NOVEMBRO DE 2017, NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

NOME	CARGO/FUNÇÃO	ASSINATURA
ICARO B. BATTONI	PREFEITURA	[Assinatura]
David H Neto	VEREADOR	[Assinatura]
FABIO FRANCESCINI	SEDEC - PREFEITURA	[Assinatura]
Malda S. Santana	Servidora	[Assinatura]
Romulo Carreira Javalote	Município	[Assinatura]
Walter Lopez	Vereador	[Assinatura]
JOSINO J. SILVA	Dir. de	[Assinatura]
Daiane Ferreira	Secretaria	[Assinatura]
Geovani da Silva		[Assinatura]
Robson Nunes	DIRETOR TUBERIAS, ASINHA	[Assinatura]
Marcos Roberto Lamas	Escriturário	[Assinatura]
Seigio Teodoro	MOTOCICLISTA	[Assinatura]
Melissa da Silva	Secretaria AS	[Assinatura]
Cláudia Jean	Secretaria de AS	[Assinatura]
Nelyza M. Oliveira	Secretaria Saúde	[Assinatura]
Jose Binell	Jose Binell	[Assinatura]
Cristina Serra	Sec. Finanças	[Assinatura]
FONSO L. SILVA	CÂMARA	[Assinatura]
Jayana G. Malaguetta	Enfermeira SMS	[Assinatura]
Simone da Silva	Sindico	[Assinatura]
Luis Carlos Gomes	JAGUIARIUNA	[Assinatura]



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

NOME	CARGO/FUNÇÃO	ASSINATURA
Edileuza O. Sanchez		
Yvanilene Ferrarini	eleitora	
Jeda Maria Tomello	eleitora	
NIVALDO RIZZO DE OLIVEIRA	Eleitor	
Marcos Tomello	Eleitor	
Dr. Carlos Roberto	Eleitor	
Paulo Sérgio de Moraes	Eleitor	
Luiz Carlos Domingos Junior	Engenheiro	
Rafael Tomello	ESPORTE	
Dr. Luiz R. P.	Especial	
Luiz Roberto Riva	Esporte	
Elvira S. Lima	Constababilidade	
Deborahia Borges de Abate	abate	
Dr. Diogenes	VIZTA	
Luiz Carlos Tomello	advogado	
Mateus Sarate	JUDO	
MARCELO ADRIANO	ACAMPAS	
João Rito de Fritas		
Stefany Teresinha Amaral		
Diogo dos Santos		
Jose dos Santos		
Derezo Selize		
ALBERTO PIRES CARREIRO		
ALTON FANTE	PROJETO TAFKONTO FANTE	
JOEL DOS SANTOS FANTAS		
JOSE ALBERTO T. NOBRO	DRE CAPTACAO	
Enca Moura	contabilidade	
Maria Rita Elisa Zanato	Sindicato Servidores	

Marcondes Cass

Xanabdy



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ata da Audiência Pública, para estudos Projetos de Lei: nº 034/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021; nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências; nº 052/2017, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal e no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 018/2017, datado de 30 de outubro de 2017, realizada no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dezesseis, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Secretárias Sras. Cássia Murer Montagner e Inalda Lúcio de Barros Santana. Presentes os Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Deixaram de comparecer os Srs. Cássia Murer Montagner e Rodrigo da Silva Blanco. Presente, também, a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças, convidada, especialmente, para fazer as explanações a respeito dos Projetos de Lei em estudo. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, sessenta pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Romilson Nascimento Silva fez a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva, que cumprimentou a todos, dizendo que era sempre bom estar com a Casa cheia para discutir um tema tão importante, que era a questão do orçamento da Prefeitura e também do PPA; a seguir, convidou os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo os Srs. Cristiano José Cecon, Vice-Presidente e Luiz Carlos de Campos, Secretário. A seguir disse que dariam o seguinte procedimento, iria ser feita a leitura dos projetos e que eram três projetos, o trinta e quatro referente ao PPA, o trinta e cinco, à LDO e o cinquenta e dois que era a questão da Receita e fixa a Despesa; e que iriam fazer a leitura desses três projetos, depois iriam fazer a apresentação, pela Cristina Serra que estava na Casa, iria explicar todos os números e depois iriam abrir para a plenária, o pessoal tinha cinco minutos para fazer os questionamentos, e quem estivesse na mesa, no caso da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Cristina, também teria cinco minutos, de certa forma, para responder, o que eles questionassem; disse que antes da Cristina eles iriam fazer uma apresentação ali, também, que eram os objetivos do desenvolvimento sustentável, estaria ali uma pessoa da Prefeitura, para fazer aquela apresentação, que eram os projetos ali também dos quatro anos de Governo, disse que estaria dando início com a leitura dos projetos e determinou a leitura dos seguintes projetos e ofícios solicitando adequações: 1. Projeto de Lei nº 034/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021; 2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências; 3. Projeto de Lei nº 052/2017, que Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018; a seguir, determinou a leitura dos seguintes ofícios, lendo-se apenas as ementas: 4. Ofício DER Nº 0122/2017 – dando resposta ao Ofício nº 690/2017 – PRE, que encaminhou solicitação da Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Contabilidade sobre equívocos nos Projetos de Lei nºs 034/2017 e 035/2017 (Adequações PPA); 5. Ofício DER Nº 0123/2017 – dando resposta ao Ofício nº 690/2017 – PRE, que encaminhou solicitação da Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Contabilidade sobre equívocos nos Projetos de Lei nºs 034/2017 e 035/2017 (Adequações LDO); 6. Ofício DER Nº 0124/2017 – dando resposta ao Ofício nº 690/2017 – PRE, que encaminhou solicitação da Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Contabilidade sobre equívocos nos Projetos de Lei nºs 034/2017 e 035/2017 (Adequações LOA). Terminada a leitura, o Sr. Presidente disse que iria chamar duas pessoas da Administração para fazer parte da Mesa, e que elas iriam fazer explicações do que eles tinham lido ali sobre a questão a lei e que era a Secretária de Administração e Finanças, a Cristina Rossi Serra, e a convidou para sentar-se na Mesa, e que iriam chamar, também, a Carolina Freire Lima, que iria falar dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e a convidou para também sentar-se junto à Mesa; a Sra. Cristina Rossi Serra cumprimentou a todos, agradeceu a presença de todos, os presentes naquela noite, e que ela iria pedir para a Carol fazer uma breve apresentação para todos dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável, porque, na verdade, as peças de planejamento, elas deixaram de ser só uma diretriz para a locação de recursos e de projetos, e que ele resolveram ir além disso, e que ela iria explicar o que isso significava, o objetivo do desenvolvimento sustentável, que era diretamente ligado às ações e projetos governamentais que estavam em andamento, porque estava sendo dada uma atenção muito especial, um acompanhamento do cumprimento dessas metas; disse que eles tinham que, em primeiro lugar, não só



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



estabelecer a meta, mas avaliar e acompanhar o cumprimento das mesmas junto ao Secretariado; a seguir, usou a palavra a Sra. Carolina Freire Lima, Assessora de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, que cumprimentou a todos, se apresentando dizendo que seu nome era Carolina Freire Lima, e que ela era assessora de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura, e que trabalhava no Gabinete junto ao Prefeito, à Equipe da Secretaria de Gabinete, também, e que ela iria dar uma breve explanação para eles sobre o que eram os objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da Agenda Vinte/Trinta da ONU, e como que eles, enquanto município, enquanto políticas públicas, adeririam a esse planejamento, a essa Agenda Vinte/Trinta, e como esse planejamento estratégico de quatro anos estava inserido dentro das peças de planejamento financeiro do Município, do PPA que a Cris iria entrar em detalhes na sequência; disse que, em primeiro lugar, ela tinha que explicar para todos que os objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda Dois mil e trinta da Organização das Nações Unidas, eles eram compostos por dezessete objetivos, cento e sessenta e nove metas de indicadores globais, e que ia dar um exemplo de indicadores para que todos entendessem do que ela estava falando; erradicação da mortalidade infantil era um dos indicadores; toda população tinha que ter direito a acesso à saúde de qualidade; todas as crianças deviam estar devidamente matriculadas nas Escolas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio, e assim por diante; e que esses eram alguns dos indicadores; toda população tinha que ter direito à água de qualidade, e assim por diante dentro desses dezessete objetivos que estavam compostos naquele desenho, na tela, naquela roda que todos podiam ver. Como eles aterrissaram isso no Município? Disse que pegaram oitenta e sete indicadores e que esses oitenta e sete indicadores primordiais dentro de políticas públicas, eles foram destrinchados dentro de trinta e sete projetos estratégicos, entre todas as Secretarias, Educação, Segurança Pública, Saúde, Esporte, Cultura, Meio Ambiente, Departamento de Água e Esgoto, Mobilidade Urbana, que era o trânsito, Assistência Social, Planejamento Urbano e Governo, e que todas as Secretarias tinham indicadores e metas globais a serem atendidas, todas, sem exceção de nenhuma, e isso estava distribuído dentro de cada um dos projetos, na ordem em que todos poderiam ver na tela; disse que feito isso, eles destrincharam isso financeiramente; para o Município ter esses trinta e sete projetos estratégicos, o que eles deviam estar se perguntando: "O que isso traz de benefício para o Município?" Primeiro, qualidade de vida para a população; segundo, eles conseguiam atrair mais investimentos para o Município, atingindo essas metas e que isso trazia uma visibilidade nacional e internacional para o Município também; disse que quando eles colocaram isso na distribuição orçamentária desses trinta e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



sete projetos, viam no gráfico: quarenta e sete por cento do investimento estava dedicado à Educação, dezenove por cento para a Segurança Pública, doze por cento para a Saúde, Esporte, Cultura, Mobilidade Urbana, Assistência Social e assim por diante, então o “top três” lá era Educação, quarenta e sete por cento, Segurança Pública e Saúde, daí a pergunta deveria ser: porque Segurança Pública em segundo lugar?, porque lá eles estavam contemplando a questão de cidade conectada e para fazer uma cidade conectada era preciso comprar equipamentos, precisava fazer “update” de software e de câmera existente, precisava comprar câmera nova, então, aquilo custava um pouco mais, por isso que alavancou o custo da Segurança Pública e, na sequência, vinha a Saúde, com doze por cento, com os projetos, “Tempo de Viver”, “Tempo de Crescer” e “Tempo de Cuidar”, que todos já deveriam ter conhecimento, porque teve até o lançamento no Teatro daqueles projetos de prevenção, e lá estava falando especificamente de prevenção, então, quanto mais se investia em Educação, menos se investia em presídios no futuro, e Jaguariúna já estava naquele caminho; falou que a Segurança Pública e o Esporte também já estavam no mesmo caminho; então, era basicamente investimento em prevenção no Município, e tudo aquilo estava locado dentro do PPA, todo aquele Orçamento daqueles projetos estavam alocados no PPA; e sessenta e sete por cento dos projetos já estavam em andamento, já começaram, já conseguiam visualizar, tangibilizar aquilo pela cidade, que tinha a Escola das Artes, o Projeto Campeões, a Escola Amiga, os Projetos da Saúde, o Projeto da Assistência Social, o Projeto que iniciaram na Escola “Franklin”, também, estava lá dentro, que era o combate às drogas e outras violências; alguns, só para saberem, que estavam dentro daquela barra verde, e que vinte e cinco por cento dos projetos ainda não iniciaram por motivos óbvios, porque estavam no primeiro ano do Governo, ainda, então, ainda tinham três anos para poder estar desenvolvendo aqueles projetos; tinha uma faixa de três por centos dos projetos que foram postergados, e que eles estavam previstos para começar no início de dois mil e dezoito e, por uma decisão estratégica, optaram por começar em meados de dois mil e dezoito, ou estava previsto para começar no meio de dois mil e dezoito e iam começar no meio de dois mil e dezenove; comentou que, como não viviam em um mundo perfeito, tinham dois projetos que foram postergados efetivamente, então, ia começar efetivamente em dois mil e dezessete, eles estavam com atraso, e ia começar em dois mil e dezoito, e que aquilo era para todos entenderem como estava o andamento daqueles projetos e como o Município estava aterrissando metas globais dentro da cidade e aquele era o mapa de projetos do Município, para que todos tivessem ciência e aquele mapa já tinha sido reconhecido pela ONU – Organização das Nações Unidas, como uma boa prática Nacional, e que já foram reconhecidos pelo Instituto de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Pesquisa e Economia Aplicada em Brasília, como boas práticas e aquele mapa estava sendo utilizado e redistribuído Brasil afora, como uma boa prática para que os outros municípios pudessem, também, fazer igual e ir naquele caminho de buscar melhores indicadores ao Município e tudo aquilo estava dentro do PPA que a Cristina ia falar mais adiante; a seguir, o Sr. Presidente agradeceu à Carol e passou a palavra para a Sra. Secretária de Finanças para fazer sua explanação; fez uso, então, da palavra a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças, falando que como já foi explicado, lido os textos das três peças de planejamento, ela ia dar uma explicação daquelas três peças, qual o objetivo de cada uma delas e a definição delas; disse que o PPA era um Programa de Governo e o Projeto de Desenvolvimento do Município a curto e médio prazo, planejava as ações do Governo para seu mandato e mais um ano do Governo seguinte com o objetivo de garantir a continuidade das ações governamentais, e era uma peça elaborada quadrienalmente, ela era uma peça estratégica e política, não era estática, elaboraram para os três últimos exercícios do Governo atual e o primeiro ano do próximo Governo, ela poderia ser alterada anualmente, tanto pelo comportamento de Receitas de projetos, as necessidades foram levantadas naquele momento, mas aquilo não impedia que ela sofresse mudanças; a LDO era a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ela que definia as metas e as obras, serviços a serem realizados a curto prazo, que deveriam constar no Orçamento, ela era uma peça do Orçamento, ela que dava a direção das prioridades do Governo para a Lei Orçamentária, e as duas peças anuais e o PPA era quadrienal, e o primeiro ano do PPA, a LDO e a LOA tinham de estar de acordo com o PPA, nada mais era do que um recorte do primeiro ano do Plano Plurianual; a LOA era uma Lei Orçamentária anual, ela disciplinava todas as ações do Governo, "Estima a Receita e Fixa a Despesa", conforme as Diretrizes estabelecidas na LDO, retratando as metas prioritárias a curto prazo, ela dava a direção para a elaboração do Orçamento, onde iriam ser alocados recursos para atendimento das metas prioritárias do Governo; as três peças de planejamento, como as duas últimas anuais eram um recorte da primeira, os valores eram idênticos, então, fizeram uma apresentação só com os valores, para que não ficasse uma coisa repetitiva, então, constava no PPA, repetia na LDO, depois repetia na LOA, e que lá colocou as três peças e aqueles valores estavam alocados na três peças para o exercício de dois mil e dezoito; as Receitas previstas para dois mil e dezoito, como Receitas Correntes, trezentos e setenta milhões, cento e sessenta e seis, trezentos e setenta; Receitas de Capital cinco milhões, quinhentos e quarenta e cinco, seiscentos e trinta, totalizando trezentos e setenta e cinco milhões, setecentos e doze mil; as Despesas Correntes, trezentos e dezesseis milhões, setecentos e noventa e quatro novecentos e setenta;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Despesa de Capital, vinte e oito milhões, duzentos e noventa e dois, zero trinta, e Reserva de Contingencia, trinta milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, totalizando trezentos e setenta e cinco milhões, setecentos e doze mil; disse que levaram os destaques de algumas Secretarias; falou que a Segurança Pública que a função era o fortalecimento do Sistema de Segurança Pública Municipal, modernização do sistema de trânsito e transporte público, e promoção da ordem e segurança pública, foi orçado para dois mil e dezoito, vinte e um milhões, trezentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta; a Educação, que era a promoção, supervisão e incentivo, execução e apoio ao ensino, no valor de noventa e um milhões, zero oitenta e seis, quinhentos e oitenta e um; a Saúde, revitalização do Sistema de Saúde Municipal, e para a Secretaria de Saúde, foi separado quarenta e oito milhões, cento e vinte e três oitocentos e dezessete e para o Hospital Municipal quarenta e sete milhões e oitocentos mil, totalizando noventa e cinco milhões, novecentos e vinte e três mil, oitocentos e dezessete; Gestão Ambiental que tratava da ampliação e do fortalecimento do sistema de gestão ambiental, planejamento e coordenação dos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto, o valor de dezesseis milhões, seiscentos e oitenta e dois mil; a Assistência Social, promover a equidade e a justiça social, no valor de doze milhões e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e um reais e os demais órgãos, tanto o Legislativo Municipal, Cultural e Esportiva, Obras e Serviços e Desenvolvimento Econômico e Fundo de Previdência, duzentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e setenta e oito, setecentos e dezoito reais; disse que fizeram um resumo de todos os dispositivos legais e dentro do quadro de Receitas, tinha Receita Geral, trezentos e setenta e cinco milhões, setecentos e doze mil, Receitas de Impostos, duzentos e oitenta e nove milhões, zero vinte e oito e cem, e as Receitas do FUNDEB, trinta e quatro milhões e setecentos; nos aspectos legais começaria pela aplicação na Educação, considerando a Receita de Impostos de duzentos e oitenta e nove milhões, vinte e oito mil e cem reais, aplicação obrigatória constitucional seria de setenta e dois milhões duzentos e cinquenta e sete, zero vinte e cinco, era a aplicação mínima disposta na Constituição, e as despesas com Ensino Infantil Fundamental e FUNDEB, totalizavam noventa e um milhões, zero oitenta e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais; tinham as Contas Redutoras que, embora não tivessem autonomia para gastar, ela entrava na aplicação da Educação, quarenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e oito mil novecentos e oitenta; reduziram os auxílios dos ensinos, que eram os repasses da União e do Estado, no total de quarenta e três milhões, quatrocentos e dez e quarenta e cinco, tinha o total de despesas liquidas de noventa e três milhões, duzentos e trinta e quatro, setecentos e cinquenta, zero cinco, que representava trinta e dois vírgula vinte e seis por cento da receita de impostos; o FUNDEB, a Receita



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



prevista de trinta e quatro milhões e setecentos mil e tinha como aplicação mínima obrigatória no Magistério, estabelecida em vinte milhões, oitocentos e vinte mil e as Despesas previstas com o Magistério totalizavam vinte e sete milhões, oitocentos e quarenta mil reais, representando oitenta vírgula vinte e três por cento do total de Receita prevista pro FUNDEB; a Saúde tinha receita de impostos de duzentos e oitenta e dois, zero vinte e oito e cem, a aplicação obrigatória de quarenta e três milhões, trezentos e cinquenta e quatro duzentos e quinze; as despesas com a Saúde incluindo a Secretaria de Saúde e o Hospital totalizando noventa e cinco milhões, novecentos e vinte e três, oitocentos e vinte e sete, deduziram os auxílios que receberam de convênios e repasses Fundo a Fundo Federal, no valor de dez milhões, trezentos e sessenta e seis, oitocentos e trinta e cinco e setenta e dois, totalizando as despesas liquidas de oitenta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e seis, novecentos e oitenta e um e vinte e oito, que representavam vinte e nove vírgula sessenta por cento da matéria da Receita de Impostos; Despesas com Pessoal a aplicação era no máximo de cinquenta e quatro por cento da Receita Corrente Líquida e o limite prudencial era cinquenta e um por cento, e Receita Corrente Líquida era composta pela receita composta deduzida pelo FUNDEB, desde janeiro até dezembro; Pessoal e Encargos tinha uma previsão de cento e quarenta e dois milhões, seiscentos e um, oitocentos e sessenta e dois e setenta e sete, que representava quarenta e dois vírgula setenta e quatro por cento da Receita Corrente Líquida prevista; disse que lá colocou uma síntese orçamentária por Secretaria para melhor visualização, a Secretaria de Gabinete, quatro milhões setecentos e setenta mil e quinhentos; Secretaria de Governo, oito milhões, duzentos e trinta e quatro e oitocentos; Secretaria de Administração e Finanças, trinta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta, oitocentos e um; a Controladoria Geral do Município, duzentos e trinta mil e trezentos reais; Secretaria de Negócios Jurídicos, dois milhões, quatrocentos e oitenta e sete e novecentos; Secretaria de Assistência Social, doze milhões e trinta e um, quatrocentos e vinte e um; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, oitocentos e sessenta e oito mil e cem; Secretaria de Educação, noventa e um milhões, zero oitenta e seis, quinhentos e oitenta e um; Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, cinco milhões, oitocentos e sessenta e nove, quatrocentos e cinquenta; Secretaria de Meio Ambiente, dezesseis milhões, seiscentos e oitenta e dois mil; Secretaria de Obras e Serviços, trinta e dois milhões, duzentos e dezessete mil e oitocentos; Secretaria de Planejamento Urbano, dois milhões, cento e setenta e quatro, seiscentos e cinquenta; Secretaria de Saúde, noventa e cinco, novecentos e vinte e três, oitocentos e dezessete; Secretaria de Turismo e Cultura, quatro milhões, quinhentos e doze e seiscentos; Secretaria Municipal de Segurança Pública, vinte e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



um milhões, trezentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta; Câmara Municipal, seis milhões, zero quarenta; o Serviço de Água e Esgoto, mil reais; o Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais, trinta e cinco milhões setecentos e noventa e um mil, totalizando o valor de trezentos e setenta e cinco milhões, setecentos e doze mil para dois mil e dezoito; o Sr. Presidente disse que a seguir, abriria a palavra para perguntas dos inscritos, e que iriam fazer blocos de perguntas de até cinco pessoas; então, o pessoal iria fazer as perguntas e dentro daquele bloco eles responderia, e a idéia era o pessoal ir lá na frente e se identificar e depois fazer o questionamento; a seguir, fez uso da palavra, devidamente inscrita, a Sra. Maria Rita Elisa Granato, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, que cumprimentou a todos dizendo que a primeira pergunta dela era sobre as Despesas com Pessoal, que estava estimada em quarenta e dois por cento e setenta e quatro, e perguntou se lá estava incluso a possibilidade daquele concurso e a entrada de mais funcionários? O Sr. Presidente perguntou para a Daniela se tinha mais alguém inscrito, e como não havia nenhum inscrito, a Sra. Cristina Serra respondeu que a questão da contratação estava prevista sim, e estava prevista, também, a questão da evolução funcional dos servidores e tinha uma reserva de contingência em um valor um pouco elevado para que fosse feita a negociação, inclusive para os reajustes de dois mil e dezoito; disse que o fato das contratações tinham uma pequena parte que iria ser feita, e as demais iriam ser feitas com muito critério, porque tinha o comparativo de quarenta e dois que era em cima da Receita, e se tivesse um aumento de arrecadação, abriria margem para mais contratações, para que eles ficassem um pouco longe do limite prudencial, porque quando entravam no limite prudencial tinham de começar a demitir, e começavam a demitir os servidores que estavam em estágio probatório, então, queriam evitar aquele tipo de ação, e que estava quarenta e dois, porém tinham uma reserva de contingência preparada para futuras negociações, o concurso também; a Sra. Rita Granato perguntou se aquela margem de quarenta e dois por cento estava prevista a possível contratação, então, para dois mil e dezoito dava até uma margem razoável para negociação, que era até cinquenta e um por cento, perguntou; a Sra. Cristina Rossi Serra disse que até cinquenta e um, porém, tinha só uma pequena parcela daquele primeiro concurso que ia ter, não ia ser admitidas todas as pessoas, aquele número todo de contratação, porque para mandar um RPA embora, o RPA não tinha os encargos, então, não saía o mesmo custo para eles, e que tinha uma previsão inicial, por isso a reserva de contingência, para ter critério para poder chamar; a Sra. Rita Granato perguntou, ainda, se eles consideravam o RPA incluso naqueles quarenta e dois por cento; a Sra. Cristina disse que ele não estava, mas o Tribunal somava, ele somava MEIS e RPAs; a Sra. Rita Granato disse que gostaria de saber,

u.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



por exemplo, o Gabinete e o Governo tinham valores até altos, ela considerava altos, e perguntou aquela despesa era referente a o quê? A Sra. Cristina Rossi Serra disse que todos os benefícios que eram concedidos para os servidores, grande parte, a não ser Saúde e Educação, cestas básicas, tudo saía da Secretaria de Governo, tinham várias ações e contratos que saíam da Secretaria de Governo; disse que o Gabinete era composto do Departamento de Comunicação, da Rádio, do Fundo Social de Solidariedade, estava tudo incluído lá, então, toda parte de publicidade foi orçada dentro da Secretaria de Gabinete, eram unidades orçamentárias dentro da Secretaria de Gabinete; a Sra. Rita Granato perguntou, então, se poderia estar incluso lá, por exemplo algum equipamento para a Rádio, além da folha de pagamento? A Sra. Secretária Cristina disse que sim, que estava tudo lá, folha de pagamento de Rádio, parte da Comunicação, a parte do Gabinete e do Fundo Social, todos aqueles projetos, as Unidades Orçamentárias estavam somadas lá; a Sra. Maria Rita falou que ela achava alta em comparação a algumas outras Secretarias; a Sra. Cristina disse que porque, provavelmente, só tinha uma Unidade Orçamentária, dentro daquele Órgão, tinham várias Unidades, e o Gabinete não era só o Gabinete do Prefeito, tinham lá quatro Departamentos grandes; a seguir, fez uso da palavra, devidamente inscrito, o Sr. Antonio José Ferreira, representando a Terceira Idade; na tribuna o mesmo cumprimentou a todos, dizendo que ele estava representando, principalmente, o vôlei, e que ele gostaria de saber sobre a verba para o Esporte que não tinha ficado bem claro e, também, dizer que eles estavam sabendo que estavam querendo cortar a verba que ia ser destinada ao Esporte, e como ele estava ouvindo lá não ficou bem claro e ele gostaria de saber alguma coisa sobre aquilo; a Sra. Cristina Rossi Serra disse que o valor orçado era de cinco milhões, oitocentos e sessenta e nove, quatrocentos e oitenta; as atividades que estavam lá, como a Carol colocou no início eram, o "Projeto Campeões", que fazia parte dos objetivos de desenvolvimentos sustentáveis, ele estava em andamento e com proposta de crescimento, porém, maiores detalhes dos projetos que iriam ser executados em dois mil e dezoito ela tinha como chamar o Secretário de Esportes e ele poderia fazer uma explanação daquilo que ele programou para dois mil e dezoito, e foi colocado, mas ela achava que convinha ele fazer uma breve explanação, que seria mais a parte técnica da Secretaria e ela achava que ninguém falaria com maior propriedade do que o Secretário; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Rafael Blanco, Secretário Municipal de Juventude, Esportes e Lazer, que cumprimentou a todos, dizendo ao Sr. Antonio que aquele Orçamento, que foi planejado lá, ele estava exato para manter e ampliar os projetos do Esporte no próximo ano, e a questão do "Viva Melhor" iria ser mantida e ampliada com aquele orçamento, a questão do vôlei adaptado; eles iriam dar toda atenção, na



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



questão dos uniformes que eles estavam precisando, e aumentando ali a explanação para os Vereadores, disse que eles trabalharam em um número exato para não ter margem para folga, e iam trabalhar em cima da realidade, não iam pensar em nada mirabolante, mas ia fazer uma coisa de qualidade, bem estruturada para o próximo ano; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, agradecendo a presença da Sra. Cristina mais uma vez na Casa; disse que ele achava que uma grande parcela da população que estava lá naquela noite, era em virtude de algumas informações infundadas que saíram nas mídias sociais, dizendo que eles estariam cortando verbas de algumas Secretarias, e só para deixar claro, disse que estavam no ano de dois mil e dezessete e a verba orçada para o ano de dois mil e dezessete para o Esporte, se alguém cortou não foram eles, para o ano de dois mil e dezoito; viu que no Desporto e Lazer, a verba que destinaram em dois mil e dezesseis, para dois mil e dezessete foi de oito milhões, setecentos e vinte e três, então, se alguém cortou, foi a atual Administração para o próximo ano, confirmou com o Rafael; disse que se ele ia trabalhar com cinco, ele poderia ter a certeza de que os cinco eles iriam garantir, se era o que ele achava que era o necessário, mas era oito já, e achava que o Sr. Rafael deveria ter permitido a diminuição da arrecadação já para o próximo ano, então, não a Câmara Municipal, e o que teve um debate lá e o seu Manoel o ia proceder na fala, era uma dificuldade que estava tendo no Hospital Municipal em obter recursos para pagar as contas do ano corrente ainda, também, para o próximo ano, e saiu ventilando como ele tinha dado a opinião dele que a prioridade seria a Saúde, mas não que eles estariam cortando aleatoriamente as verbas das Secretarias, e dizer que o Orçamento naturalmente, como aquilo que eles vinham falando desde o início do ano, ele tinha aumentado em muito, assim como poderiam ver a projeção dos anos anteriores para o atual, estavam com o Orçamento estimado em trezentos e setenta e cinco, e o Orçamento para o ano atual era trezentos e oitenta e um; a discussão aconteceu porque precisavam de catorze milhões para o Hospital até para o próximo ano, então, era aquilo, para tirar aquela preocupação de algumas pessoas que estavam lá dizendo que iriam prejudicar e fechar as Escolas das Artes, acabar com o Esporte de Jaguariúna, era balela e ele estava falando como um Vereador que estava lá há vinte e um anos, e era conversa fiada, assim como também era uma peça fictícia aquilo que eles estavam discutindo lá, porque enquanto eles estivessem dando o direito para o Prefeito remanejar em vinte por cento o Orçamento, tudo aquilo que eles discutissem lá, amanhã ou depois, ele mudaria ao bel prazer, não só o Prefeito atual, os outros anteriores, e antigamente aquela verba de remanejamento era quarenta, a partir de dois mil e catorze eles começaram a diminuir e chegou a vinte e ele daria até um conselho para diminuir mais



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



ainda, e a Cristina não gostava, mas ele achava que a peça tinha de ser a mais fechada possível para que não acontecesse aquilo que ele estava falando, e, talvez, disse para o Rafael, ele tinha oito milhões e ao longo do ano o Prefeito, o ordenador de despesa, que era o Prefeito, ele foi tirando verba do Esporte e colocando para a Saúde, era a prioridade do Governo, era aquilo que acontecia, não só aquele atual, mas os anteriores, e vinte por cento estavam falando em trezentos e setenta e cinco milhões, e se falassem algo em torno de quarenta milhões de reais que o Prefeito poderia tirar de uma Secretaria e jogar para outra, então, tudo que eles discutissem lá e achassem que era prioridade o Prefeito poderia mudar também, oitenta milhões, era muita grana, então, eles estavam tentando canalizar e ele achava que tinham Secretários preocupados, e eles diziam que ia aumentar aqui, ali e fizeram toda aquela discussão, mas amanhã ou depois mudava tudo, não ia mudar o valor que estava orçado, mas aquilo que estava destinado poderia mudar há qualquer momento, de acordo com as prioridades do Governo para o próximo ano, então só para deixar calmo todo mundo, eles não iam cortar nada, pelo contrário, se pudessem ajudar as Secretarias e eles sabiam os clamores delas, e lá era o local de diálogo, e lá era o local de uma audiência pública, onde foi implantada a partir da lei de dois mil, onde tinha de ter a participação popular e era por isso que tinham de fazer audiência pública, para ouvir a todos e tentar lá, como representantes do povo, fazer um Orçamento adequado às necessidades e atender a todas as camadas da população, então, quando eles escutavam lá que estava faltando não sei o que e tinha festa, mas tinha dinheiro para festa também, tinha de ter, por aquilo que existia o Orçamento, tinha dinheiro para a Saúde, para a Educação, para o Esporte, eles tinham de se conscientizar qual era a prioridade, então, ele estava dizendo aquilo porque o Sr. Antonio estava preocupado com a verba do Esporte, pelo contrário, eles não iam mexer pelo menos em valores que lá estavam pré determinados em várias Secretarias mas, além do crescimento natural do Orçamento, tinham lá algumas Secretarias que poderiam remanejar, só para deixar claro para todos, mas não tirar o direito de ninguém; agradeceu a todos; a seguir, o Sr. Presidente da Comissão de Orçamento disse que só aquela questão da internet, a questão da rede social, ele achava que algumas pessoas davam muita bola para aquilo, e algumas pessoas, infelizmente, estavam sendo guiadas por aquilo e, atualmente, se assistia que as redes sociais, dependendo da pessoa, estava se tornando um verdadeiro Deus, ele achava que tinham de voltar para a história da humanidade, que era discutir as coisas, olhar na cara, então, quando tivesse qualquer dúvida, falasse com o Secretário, fosse naquela Casa, falasse com os Vereadores, porque o objetivo daquela Audiência Pública, como o Fred colocou, era discutir, chamar a sociedade, e a sociedade iria se manifestar,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



eles iam ouvir e era claro que aquilo iria ser votado, mas aquela questão da rede social eles tinham de fazer uma reflexão muito grande, porque, infelizmente, algumas pessoas eram guiadas por elas, e se colocou um negócio lá, já achava que já era cem por cento da população, então, tinham de tomar alguns cuidados para que eles também não fossem para o erro, tinham de refletir bastante, aprender a ir lá na Secretaria, falar com o Secretário, aprender ir na Câmara, falar com os Vereadores, tinham de tomar, realmente, aqueles cuidados, ele achava que a hora era aquela, das pessoas irem, conversarem, debaterem sobre o tema que era muito importante, que era a questão do Orçamento para o Município; a seguir, fez uso da palavra, devidamente inscrito, o Sr. Manoel Alberto Barreiros de Azevedo, Superintendente Administrativo da Associação Santa Maria de Saúde – ASAMAS, que cumprimentou a todos, dizendo que o duro era sentar naquela cadeira do réu, que ele estava sentado e todos olhando para ele, e que, na verdade ele não foi perguntar nada, ele só foi dar um esclarecimento, que ele achava que tinha sido muito valiosos na quarta feira passada; perguntou a todos, quem já tinha passado pelo Hospital no ano corrente e na UPA, que levantasse a mão, e que não valia mentir, porque tinha gente mentindo, porque ele estava vendo e ele estava lá todos os dias e tinha gente que passava e não ia, mas tinha muita gente que não levantou a mão e ia, e só para terem uma idéia, passava pelo Hospital por mês, no PS, quinze mil pessoas, na UPA, na média, duas mil, na Especialidade, mais seis mil pessoas, e nos exames de laboratório e de imagem, mais dez mil pessoas, aquilo se eles somassem daria trinta e três mil pessoas por mês que passavam pelo sistema do Hospital Municipal Walter Ferrari, administrado pela ASAMAS, e várias pessoas não levantaram a mão, então, alguém estava passando no lugar dela, porque a cada dois meses, passava pelo Hospital, a cidade de Jaguariúna, e eles atendiam uns compulsórios do Juiz, tinha gente lá que corria atrás dos compulsórios também, então, aquela era a colocação que ele fazia para todos, da quantidade de gente que passava pelo Hospital, ele achava que todos sabiam que os exames de laboratório e imagem de todo o Município, era feito pelo Hospital Municipal também, e os Vereadores, que já tiveram lá, já sabiam aqueles números, e, então, só para tentar chegar em um número, disse que iam passar de um milhão de procedimentos feitos pelo Hospital Municipal Walter Ferrari que, na verdade, não era um Hospital, e sim um complexo hospitalar; disse que, naquela noite, a Sra. Cristina conseguiu esclarecer uma coisa que ele nunca tinha entendido, a hora que ela pegou a Receita do Município e disse que tinham quinze por cento para gastar com a Saúde, naquele momento ela disse que a aplicação mínima para gastar seria quinze por cento, ele disse que, com certeza, se não tivesse o Hospital, os quinze por cento estaria dando, a Secretaria de Saúde usava exatamente para manter todos os postos,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



quinze por cento do Orçamento, e ficava muito fácil para as cidades vizinhas, como Holambra, Pedreira, Artur Nogueira, que não tinha nenhum hospital municipal, lidar com os quinze por cento, e que aqui tinha, na verdade, duas Secretarias de Saúde, e ele estava até contente porque os números tinham baixado um pouco, passou para vinte e nove, já esteve em trinta e quatro, então, era só para entender, porque muitas vezes se falavam os números, mas se só tivesse a Secretaria de Saúde, os quinze por cento valia, e perguntou qual a cidade que tinha um Hospital num padrão do que tinha em Jaguariúna e que atendia o número de pessoas que Jaguariúna atendia, ele gostaria que alguém explicasse para ele e que conseguia levar a Saúde com os quinze por cento; comentou que uma outra coisa que ele precisava falar para chegar em dois mil e dezoito, era o orçamento dele de dois mil e dezessete, que estava destinado ao Hospital cinquenta milhões de reais, do qual no primeiro semestre usaram vinte e seis milhões, porque o Orçamento que estava destinado para a ASAMAS, sem nenhum tipo de reajuste, era cinquenta e dois milhões, então, o primeiro semestre, teoricamente sem a UPA, apesar de terem assumido, gastaram vinte e seis milhões, e quando foram assinar o contrato do segundo semestre, aquele contrato baixou para vinte e um, ou seja, do orçamento que tinha do ano corrente, ainda tinha de ter quatro milhões alocados na conta da ASAMAS, e a ASAMAS, para acabar o ano, além daqueles quatro milhões, precisava de mais cinco, porque senão não acabava o ano sem dinheiro; deu um exemplo de um paciente que estava fazendo hemodiálise e não era obrigação do Hospital fazer, nem era obrigação da Secretaria da Saúde, mas não conseguia transferir o paciente e aquele paciente custava a hemodiálise dele, mil reais por dia; disse que tinham três leitos disfarçados de UTI que, oficialmente, não existiam e naquela tarde colocaram o quarto paciente em um leito de UTI, pegando um quarto lá de fora, então, a situação do ano corrente era aquela, a situação para o próximo ano, perguntou como que poderia continuar fazendo a mesma coisa que ele estava fazendo com quarenta e oito milhões, então, alguma conta estava errada em algum lugar, e para chegar naquele valor eles tinham de cortar serviço, e quem tinha de fazer aquele corte de serviço não era a ASAMAS, porque ela era uma empresa contratada, e cortar serviços na ASAMAS não era falar para cortar dois médicos, tinha de cortar, realmente, serviços, por exemplo, se iam cortar pediatria, beleza, iam cortar o raio x, beleza, porque daí tiravam uma equipe inteira, e para quem não sabia, atualmente, eram quinhentos e vinte e cinco funcionários, sendo daqueles quinhentos e vinte e cinco, duzentos e vinte e três médicos que faziam com que eles fizessem funcionar todo aquele sistema de trinta e três mil pessoas que passavam por mês no Hospital e que levava muito orgulho, não só para os funcionários da ASAMAS, mas para todos os munícipes de Jaguariúna; disse que

u.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



quando foi criada a ASAMAS no ano de dois mil, ela foi criada exatamente para administrar o Hospital, fazer o Hospital funcionar e ser parceiro, como era até aquele momento, da Secretaria Municipal da Saúde; disse que falaram mais algumas coisas na quarta feira, aquela parceria existia, e começou um boato na cidade de que iria ser contratada uma consultoria, eles não tinham problema nenhum de consultoria, o Tribunal de Contas passava por lá e o que o Tribunal tinha apontado no ano, eles faziam do jeito deles, e o cara que foi queria do outro jeito, e eles iam fazer do outro jeito também, e era só para todos entenderem que a Saúde de Jaguariúna estava gastando noventa e cinco milhões e teriam de gastar quarenta, e tinham duas Secretarias de Saúde, e aquela foi uma opção feita pela população de Jaguariúna, há muitos anos atrás, mantida por todo mundo que já sentou na cadeira de Prefeito, fosse A, B ou C, cada um teve as suas dificuldades e cada um teve as suas soluções, então, na verdade, ele não estava perguntando nada e ele estava informando que a ASAMAS estava do jeito que estava, ela precisava de sessenta e dois milhões, ou então teriam de ter alguém para dizer o que, realmente, iria ser cortado, e lembrando, também, que teriam ainda o custo da dispensa daquele pessoal, e a ASAMAS recebia única e exclusivamente o que gastava, ela não recebia um centavo a mais daquilo que gastava; disse que o cara do Tribunal de Contas esteve lá também e disse que eles eram malucos de administrar aquilo daquele jeito e se fosse outra empresa estaria cobrando doze milhões por mês, e daí ele perguntava como fazer Saúde, com um Hospital da qualidade que tinham, e que tinham problemas, sim, porque não lidavam com três pessoas, e sim, lidavam com trinta e três mil pessoas, os quinhentos e vinte e poucos colaboradores, e aquilo dava um orgulho danado em todos eles, e quando ele usava aquele crachá e saía para a rua com aquele crachá, tinha o maior orgulho em usar aquele crachá; agradeceu a todos; a seguir, o Sr. Presidente da Comissão agradeceu ao Sr. Manoel; em seguida, pediu a palavra o Sr. Cristiano José Cecon, que cumprimentou a todos, dizendo que ele tinha duas perguntas para a Cris, mas ele queria rapidinho, cinco minutos para ler uma coisa que ele escreveu para não se esquecer, e que era muito importante a presença de todos lá naquela noite, os Srs. Vereadores, a população e que era muito prazeroso ver aquela Casa, daquele jeito, e que pudessem discutir naquela noite que tinham para o futuro da cidade e que deixassem, naquele momento, os interesses pessoais deles de lado, como votos, interesses de cargos públicos, serem conhecidos no "facebook", e sim, que atendessem os interesses que a população precisava, melhor Saúde, de práticas esportivas, de boa mobilidade urbana, Educação de excelência, ter a oportunidade de empregos, etc..., enfim, ter uma vida repleta de dignidade, e confiava muito no Prefeito, mas que fossem fiscais duros da população, pensando unicamente no ser

[Handwritten signature]

[Handwritten scribble]

[Handwritten mark]



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



humano, principalmente, nos idosos, crianças, as pessoas que sofriam por doenças, e que pudessem agir naquele momento, não com o ego, e sim com o coração; naquele momento tinham de ser fiscais mesmos, enquanto Deputados, alguns, muitos, roubavam o dinheiro de todos, a mãe dele aguardava ao lado do telefone, a ligação da UNICAMP, para ela ser chamada para ela lutar pela vida, e se não fossem fiscais rigorosos, ele confiava muito na atual Administração, e sabia que ela estava fazendo o possível para melhorar a cidade, mas tinham sim de serem vigilantes para não deixarem acontecer o que aconteceu com o País; a mãe dele, a doença era grave, mas ela queria ter a oportunidade de lutar pela vida, e ela merecia, porque era um país rico; perguntou para a Cris, que o aumento da Receita para o próximo ano, as vezes diziam trinta e ela dizia dez, e ele sabia que poderia ter passado lá, mas para todos saberem, perguntou qual o número correto em porcentagem, e a Sra. Cristina Serra disse que cada Receita foi considerado um comportamento e lá eles colocavam dez por cento, mas no total, algumas mais e outras menos; ele falou que para deixar claro para os leigos ouvidos, perguntou se existiriam cortes na Saúde; a Sra. Cristina disse que não tinha previsão de corte nenhum, muito pelo contrário, ampliação, justamente, para atingimento até das metas que foram estabelecidas, e eram acompanhadas criteriosamente; o Sr. Cristiano Cecon agradeceu a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que cumprimentou a todos, dizendo que, primeiramente, ele gostaria de fazer uma colocação de que todos os projetos que foram apresentados lá, o Plano Plurianual, a LDO e a LOA, eram um trabalho de um esforço de uma equipe completa, todas as Secretarias estavam imbuídas em fazer aquele projeto, visando as necessidades do Município, visando as necessidades das suas pastas e daí, sim, chegar em números, que números não caíam do céu, eles caíam de ações e projetos, como muito bem foi explicado lá; falou que um outro esclarecimento era a questão do Esporte, e ele já tinha feito até um comentário com o próprio Vereador Fred que, em dois mil e dezessete, eles tinham uma previsão do Esporte em oito milhões e setecentos mil, mas dentro daquele valor estava contemplado quatro milhões para melhorias do estádio e aquele valor foi glosado ou foi cancelado pelo Ministério do Esporte, e era por isso que a Receita que estava lá era de cinco milhões, setecentos e sessenta e nove, ou seja, ainda daquela forma havia um aumento no investimento do esporte, como era previsto para o próximo ano, então tiveram um aumento significativo para o esporte, tirando lá o que não pertencia ao Município e, sim, era do Governo Federal, que não veio para o Município e não seria aplicado no estádio; falou que os recursos planejados iriam atender a toda demanda da cidade, sem que houvesse a necessidade de cortes nos serviços e na qualidade dos serviços prestados, e perguntou à Secretária, para que aquilo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



acontecesse, quais seriam os próximos passos entre a equipe de Governo do Prefeito Gustavo Reis, com os anseios da população e, também, daquela Casa, que tinha por obrigação, como o próprio Vereador falou, que tinha de fiscalizar, e como eles iriam ter a garantia de que aqueles serviços iriam ser prestados e a sintonia iria ser constante ao longo de todo o ano? a Sra. Secretária Cristina Rossi Serra disse que o atendimento de todas as reivindicações, tanto daquela Casa, quanto da população, das necessidades, eles não tinham condições de suprir em um exercício, elas foram todas alocadas dentro dos quatro anos do Plano Plurianual, dos três daquele Governo e um do próximo, e eles tinham também estimado lá o pagamento de algumas dívidas que ficaram, que eles iriam renegociar com os fornecedores em trinta e seis meses, então, eles tinham uma previsão lá de quitação de todos os fornecedores até o final daquele mandato, então, por isso eles tinham de ir um pouco devagar, tinham mais três anos para atingir aquele objetivo, não iria ser tudo em dois mil e dezoito, assim como o pagamento de toda a dívida, e, atualmente, eles tinham pagos mais de quarenta milhões, e tinham trinta e poucos milhões ainda que era para pagar nos próximos três anos, e o papel da Câmara que era de fiscalizar e ela achava que não só financeiramente mas, quanto ao atendimento das necessidades da população e as solicitações que chegavam para a Câmara, e por exemplo, as mesmas reivindicações não chegavam lá na Prefeitura e, normalmente, as pessoas usavam via Câmara para fazerem suas reivindicações, então a idéia era que todas fossem atendidas, desde que tivessem uma condição financeira, e no caso de algumas reivindicações nem implicavam investimentos financeiros, eles pensavam inclusive no melhor atendimento não só da Saúde, mas otimização dentro da Prefeitura, de tudo aquilo que ia protelando ou até sem a otimização de processo perdia muito tempo, então, criava uma sensação de não atendimento à necessidade da população, e por isso que eles tinham a Carol, que chamava os Secretários mensalmente e ela avaliava o cumprimento das metas, daquilo que ele se comprometeu a fazer e, naquele meio, eram encaixadas todas as reivindicações da população e da Câmara Municipal, não todas em dois mil e dezoito mas, estavam fracionando aquilo até o final do mandato; o Sr. Walter Tozzi perguntou, como uma última colocação, que ela como Secretária de Finanças do Município, dava a garantia de que o planejamento que foi feito, realmente iria tender a necessidade do Município em dois mil e dezoito, e a Sra. Cristina disse que eles tinham realmente, em cima daquilo que cada Secretário passou, eles foram bem criteriosos na projeção das Receitas, muito pé no chão para que não houvesse uma super estimativa daquela Receita, para que pudessem atender dentro daquilo que cada Secretário se comprometeu, e mais uma vez ela voltava e dizia que não era uma questão de utilizar aquele X de recursos, mas, sim, gastar bem e ser acompanhado,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



então, as metas de desenvolvimentos sustentáveis, eles tratavam diretamente com a população, foi levantada a real necessidade, e, atualmente, se investia em Educação, como sessenta e sete por cento dos projetos já estavam em andamento, quando se investia em Educação, automaticamente já estavam investindo em Segurança, se tinham projetos da Saúde dentro das Escolas, já reduzia na Saúde, porque também trabalhava muito com a parte de prevenção, então, foi um Orçamento enxuto, tinha a reserva de contingência, e ela achava que era muito seguro para eles, justamente, para garantir o atendimento daquilo que pudesse surgir em dois mil e dezoito, e dois mil e dezenove, vinte e um como ela já falou, o PPA não era uma peça estática, ela poderia ser alterada conforme a necessidade, se não atendeu, em trinta do quatro do ano seguinte, tinha de fazer a LDO para dois mil e dezenove, e já dava para sentir aquilo que ia dar para ser feito, ou não ia dar para ser feito, e já ia contemplar na LDO, automaticamente, aquilo que ia dar para alterar; o Sr. Walter Tozzo agradeceu a explicação e desejou boa noite a todos; a seguir, fez uso da palavra a Sra. Nilma M. de Oliveira, funcionária pública lotada na Secretaria de Saúde do Município, que cumprimentou a todos e disse que a dúvida dela era uma só e deixou bem claro que era a primeira vez que ela participava e ela estava bem atrapalhada ainda, e com relação aos três Postos de Saúde, do Fontanela, Nova Jaguariúna e o do Judite, perguntou porque que na placa estava a previsão de término para dois mil e dezesseis e a dúvida quando ela passava e olhava para aquela placa, e naquela noite ela encontrou o lugar certo para tirar aquela dúvida, perguntando se a verba vinha toda de uma vez só, e porque estava demorando? A Sra. Cristina disse que a verba não vinha de uma vez só, ela era liberada, fracionada, e eles tinham uma meta, um cronograma para aquela construção, e quando atingia a medição de uma etapa, a Caixa Federal ia, fazia a medição, e se estava de acordo, ela liberava a parte daquela medição, daí eles pagavam o fornecedor, e quando a obra sofria um atraso, daí eles pediam o aditamento daquele convênio, então, o iniciou em dois mil e dezesseis, porém, ela não estava finalizada, provavelmente, aguardando algum engenheiro da Caixa que fosse fazer a medição e liberava fracionadamente, e quando ele liberava a parte daquela medição, o Município tinha de pagar o valor que vinha da medição, que liberava para a empresa, e a Prefeitura entrava com a parte da contrapartida; a Sra. Nilma perguntou, ainda, se a LDO de dois mil e dezoito, também, estava no cálculo do funcionalismo? Eles tinham uma porcentagem? Foi incluída naqueles cálculos? A Sra. Cristina disse que eles incluíram, como ela respondeu para a Rita naquela noite, havia uma previsão, eles fizeram uma reserva de contingência, para que eles conseguissem sentir a questão dos índices, o comportamento dos índices, deixaram uma reserva iria ter contratações, então, a previsão exata dos índices que estavam lá, eles deixaram



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



meio que aberto, porque eles tinham de sentir em janeiro com uma parte das contratações para a Educação, iam ver quanto ia aquela folha, até março eles já teriam uma direção para aquele reajuste; a Sra. Nilma disse que a data base deles era março; disse que outra sugestão que envolvia custos, como Jaguariúna tinha o símbolo "Município Verde e Azul" e ela era apaixonada por tudo que dizia respeito à natureza, ela esteve pensando que, como a Faculdade tinha o curso de Engenharia Ambiental, a cidade era muito bem dividida e inspecionada, e ela já trabalhou um ano na inspeção da dengue, perguntou se utilizasse aquele mesmo mapa e fizesse um convênio com a FAJ de doação de multas, e pegasse a pessoa na casa, dizendo que estavam lá com uma condução, com a muda, para fazerem o plantio na calçada da pessoa, e se algum dos Vereadores tivesse interesse, ela poderia dar mais sugestões; o Sr. Presidente Silva, disse que toda as quartas-feiras eles tinham reuniões das Comissões na Casa e, geralmente, eles sempre recebiam alguém da comunidade, então, ficava o convite para a Nilma participar; a seguir, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos, dizendo que tiveram uma reunião na quarta feira com a intenção de entender um pouco mais do Hospital e da Saúde, então, por isso que saiu alguns boatos de que eles mexeriam em recursos, em verbas de outras Secretarias, mas, simplesmente, a intenção deles, o objetivo deles, era não deixar fechar nenhum serviço do Hospital e, naquela conversa a própria Secretária, quanto o Presidente do Hospital, o Sr. Manoel, que deixou muito claro que para manter os serviços que tinha atualmente oferecido pelo Hospital, era necessário os sessenta e dois milhões, e a dúvida dele era que, naquela noite eles viam um orçamento da mesma forma que viram na quarta feira, e da onde estava pensando de tirar aquele recurso para poder manter o Hospital? Porque pelo consenso do próprio Poder Publico, na quarta feira era sabido que não ia fechar nenhuma especialidade do Hospital; a Sra. Cristina Rossi disse que não tinha nenhuma previsão de onde tirar, e eles aceitavam sugestões dos nobres Vereadores, porque o maior montante de reserva era do RPPS, e o que tinha disposto em Orçamento eram os quarenta e sete e oitocentos; o Sr. David disse que não eram suficientes, então, era bom deixar claro para a população que eles não estavam querendo fechar nenhum serviço do Hospital, mas era o Poder Público que, simplesmente, separou aquele recursos para o Hospital, e eram apenas quarenta e oito milhões, eles estavam falando de vinte por cento para a manutenção do Hospital e vinte por cento eram bastante leitos, então, teve uma única Secretaria que tinha dito que mexeriam na pasta dela, que era a Secretária de Cultura e que muito o espantava dela não estar na Casa naquela noite, porque ela estava tão preocupada com a pasta dela, ela teria de estar na Casa para representar, como ele estava vendo diversos, que estavam de parabéns por estarem presentes;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



disse que a intenção deles, naquela Casa, era cuidar da Saúde da população e ele achava que aquela Casa não usou de situação ou oposição em momento nenhum, tanto que não foi feito nenhum alarde na reunião, e que foi uma reunião muito salutar e teve bastante participação dos responsáveis pela ASAMAS e pela Prefeitura, e conseguiram entrar naquele consenso de que para manter o Hospital eram sessenta e um milhões, e para todos terem uma idéia, se mantivessem como estava, a UPA teria de ser fechada, e aquilo não era o David que estava falando, mas era o Orçamento, e ele era contra qualquer fechamento que tivesse de fazer, principalmente, na área da Saúde, então, ele achava que aquela Casa tinha de se reunir antes da votação, ele não sabia de onde teriam de retirar, ele não sabia se dava para remanejar, mas da forma como estava ele achava bem inviável a continuidade da Saúde de Jaguariúna, porque o Hospital da cidade era a grande referência e retirar vinte por cento do recurso, com certeza, era afetar diretamente a população de Jaguariúna; agradeceu a todos; a seguir, fez, novamente uso da palavra, devidamente inscrita, a Sra. Maria Rita Elisa Granato; que mais uma vez cumprimentou a todos e disse que a Cristina tinha falado que tinham um saldo de dívida de trinta milhões e na última audiência pública das metas fiscais, ela citou que teria dívida ativa de quase cinquenta milhões; a Sra. Cristina Rossi disse que a dívida ativa eram créditos, a Sra. Rita falou em valores, a Sra. Cristina disse que estava em torno de cinquenta milhões; a Sra. Rita perguntou que se tinham cinquenta milhões de dívidas, aquilo era que as pessoas estavam devendo para o Município, perguntou, e tinham trinta a pagar, e quais as ações que estavam sendo feitas para que aquele recurso voltasse para os cofres públicos? A Sra. Cristina disse que tinham o REFIS que foi prorrogado, uma boa quantidade de pessoas já procuraram o Departamento para parcelamento, mas tinham um sério problema, que a pessoa ia e pagava uma parcela e parava de pagar; então, se a pessoa tinha um parcelamento em torno de cinco milhões, provavelmente, setenta por cento daquelas pessoas acabavam que pagavam a primeira, a segunda parcela e justamente o REFIS foi prorrogado porque tinha um alto índice de pessoas que já haviam parcelado e que não estavam pagando os parcelamentos, por ene motivos, se a pessoa perdeu o emprego, ela não ia deixar de pagar a energia elétrica, então, ela ia deixar de pagar a Prefeitura, a dívida ativa, então, a inscrição na dívida ativa não era específica só de impostos, tinha de taxas também, a área de saneamento já estavam tomando algumas medidas, tanto do REFIS, quanto a exigência de que o munícipe quitasse a conta dele em dia, e não tinha outra forma senão cortando a água, então, as medidas para que se recuperasse elas eram lentas, e as medidas para que as pessoas também pagassem em dia, elas também eram agressivas em relação à população e tinham de serem feitas com muito critério, então, eles estavam mudando



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



o sistema deles, para que as questões de ações judiciais, fecharam com a empresa e ia sair a publicação para mudar o sistema que fazia todo aquele levantamento, com a maior precisão, e as ações demoravam, era uma mudança cultural e para que mudassem uma cultura, boa parte das vezes tinha de mexer no bolso da pessoa, então, tinha de ser feito com critério, não poderia ser simplesmente dizer que ia cortar a água e ponto, e como ela falou, a pessoa, às vezes, não tinha condições, e se dissessem: "Ah, mas ela não tinha quarenta reais?" Disse que não tinha e não era difícil ver, atualmente, uma pessoa que não tivesse quarenta reais, então, as medidas estavam sendo efetuadas, sim, estudos estavam sendo feitos, levantamentos precisos do que se tratavam aquelas dívidas, se era a parte empresarial, a questão de taxas, de recolhimento, as leis que concederam isenções para algumas empresas, estavam sendo revistas, mas eles tomaram pé da situação naquele momento, então algumas situações eles já resolveram, outras estavam sendo estudadas; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo que, primeiramente, ele queria fazer um esclarecimento de que o Executivo tinha encaminhado o PPA e a LDO para a Casa e eles chegaram antes do que a Lei Orçamentária e como tramitava na Casa, um projeto que alterava a estrutura administrativa do Município, no PPA e na LDO constou uma Secretaria a mais e como o projeto foi retirado, ela não existia, e o projeto da Lei Orçamentária veio da forma correta, com as catorze Secretarias, por isso que a Comissão solicitou ao Executivo para que encaminhasse para a Câmara, para a Comissão aquelas alterações na LDO, que foi lido no final, e por isso que tinham algumas divergências na LDO e na Lei Orçamentária; falou para a Cristina que ele deu uma olhadinha na Lei Orçamentária em relação ao investimento, eles estavam enfrentando um problema e vários Vereadores já falaram na tribuna em relação ao tratamento de água, abastecimento de água, e alguns bairros estavam sofrendo com o abastecimento de água e pelo que ele olhou na Secretaria Competente, no Meio Ambiente, ele não percebeu nenhum investimento naquela área, ele não sabia se poderia estar na Secretaria de Obras, então, era importante eles estarem dando uma olhada em relação àquilo, e era uma pergunta, e a outra pergunta, que o Fred tinha falado a respeito da Receita do Município, eles estavam acompanhando lá, e como o Cristiano falou, se pegassem no site da Secretaria da Fazenda, eles conseguiam comparar a Receita do ano anterior, com o que estava sendo arrecadada, atualmente, até outubro foi em torno de trinta milhões, que correspondia a trinta e quatro por cento, o que a Cristina disse no geral, que tinha aquele crescimento de dez por cento, porque as outras Receitas não acompanharam o crescimento que teve em Jaguariúna, em relação ao ICMS, que o índice aumentou, vinte e cinco por cento, em relação a dois mil e dezesseis, para dois mil e dezessete, pelo que ele deu uma olhadinha, o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



provisório estava mais ou menos quase o mesmo percentual, um pouquinho a mais, e aqueles trinta e quatro milhões de acréscimo seriam outras Receitas que estariam melhorando ou a previsão da economia do país que acabava refletindo também a inflação, e aquela era outra pergunta; disse que outra coisa que ele queria passar era que no final do ano eles poderiam destinar seis por cento do imposto de renda ao Fundo da Criança e do Adolescente, então, seria importante uma campanha naquele sentido, porque muita gente não sabia, apesar de sair mensagem na televisão, então, quem fazia a declaração ia saber mais ou menos como estava fazendo, e quem não sabia, para procurar o contador ou o escritório que fazia, porque no final do ano poderiam doar seis por cento do imposto, que aquele imposto era dinheiro do Governo Federal, e a única diferença era que teriam de antecipar aquele pagamento dos seis por cento, então, seria importante a Prefeitura estar fazendo aquela divulgação que ajudaria o Fundo da Criança e do Adolescente; disse que ele já fez as contas dele e ele ia poder doar um pouquinho, e como ele trabalhava em Holambra, ele poderia doar em Jaguariúna e em Holambra também, e ele fazia meio proporcional à população, que aliás, disse que estava crescendo em torno de mil pessoas por ano, então, era bastante, por isso a importância em relação ao investimento com relação à água, ao Hospital como o David falou, ele não sabia, ia ter de estar procurando um recurso em relação àquilo, e falar para o Presidente Romilson, que a Câmara, o dinheiro que ela não usava, ela devolvia para o Executivo e não tinha como a Câmara falar para usar em tal coisa, e era responsabilidade do Executivo para usar o dinheiro; e pediu ao Romilson para dar uma olhadinha no Orçamento do ano corrente, pediu para o financeiro fazer uns cálculos e ficar o Orçamento da Câmara, próximo do que ela iria utilizar, daí poderiam fazer uma emenda naquele sentido e disponibilizar aquela sobra ou para a Saúde, ou então para o Meio Ambiente, em relação ao problema da água, então, pediu para o Romilson dar uma olhadinha porque, às vezes, o Executivo estava precisando do dinheiro e se ele pudesse, porque a Câmara estava com o dinheiro parado, e ela investia o dinheiro dela, aquilo era obrigatório, e depois devolvia o que sobrou e os juros que rendeu, mas ele achava que seria importante a Câmara ficar com o Orçamento que ela ia estar utilizando, daí eles dariam aquela demonstração que ele achava importante, daí não tirariam de nenhuma Secretaria e tirariam da Câmara, se fosse possível. A Sra. Cristina Serra disse que sobre a questão dos investimentos no Departamento de Água, também estava sendo feito um projeto pelo Régis, que era Diretor do Departamento de Água e Esgoto, porque estavam vendo nos últimos dias muitas reclamações com a falta de água e, que, naquele dia foi conversado com ele e ela não sabia se ele estava presente, não estava, mas que seria interessante que fosse esclarecido; a Secretária agradeceu, também, pelo dinheiro



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



porque seria muito bem vindo e que a prioridade do Governo seria aquelas duas situações mesmo, o que o Bozó havia falado foi bem colocado e, naquele dia foi conversado com o Diretor e que já tinha alguns projetos para solucionar o problema da água e para a Saúde, também, e que aquele dinheiro seria muito bem vindo e passaria para o Hospital; usou a palavra, novamente, o Vereador Luiz Carlos de Campos dizendo ao Romilson que ele não sabia quanto a Câmara iria devolver, pelo que ele tinha visto, se não estivesse enganado, o acréscimo do Orçamento da Câmara era de oitocentos mil, para dois mil e dezessete e para dois mil e dezoito, disse ao Romilson, se pudesse fazer aquilo seria importante; pediu a palavra, novamente, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto desejando boa noite a todos e dizendo à Cristina com relação à Lei Orçamentária, no artigo vinte e dois, as leis anteriores projetavam uma antecipação da Receita, da ordem de cinco por cento, então, perguntou porque estava aumentando para quinze? Naquele momento, usou a palavra a Sra. Secretária dizendo que não saberia responder para ele e que teria sido erro de digitação; voltando a palavra ao Vereador, disse que não poderia ter sido porque tinha sido escrito quinze em numeral e escreveu por extenso, ficando assim: "O Executivo poderá contratar operações de crédito", ou seja levantar Recursos; com a palavra a Sra. Secretária que disse que na anterior estava quinze e o Vereador Alfredo disse que estava cinco, ele tinha pego o do ano anterior e estava cinco, por antecipação da Receita até o limite de quinze por cento, a Secretária disse que iria rever; o Vereador, ainda, disse que era quinze por cento da Receita Corrente Líquida, estavam falando algo em torno de quarenta milhões, era só para esclarecer... havendo manifestação, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que aquilo era outra questão, mas, que estava quinze por cento; voltando, novamente, com a questão da Saúde, porque era realmente o que estava chamando a atenção, provavelmente, o que o Sr. Manoel havia falado lá, com quarenta milhões ele não conseguiria manter o serviço que fazia o Hospital e, conseqüentemente, com a UPA, então, no entender dele, a UPA, no ano de dois mil e dezoito não seria vinte e quatro horas, não tinha a previsão, pelo menos, no ano de dois mil e dezoito ser vinte e quatro horas, era aquilo? A Sra. Secretária disse que, inclusive, o Sr. Manoel tinha esclarecido a parte estrutural da UPA que não teria condições; o Sr. Vereador Fred disse, então, se não arrumasse recursos para a UPA e até tinha brincado com ele que se tivessem aqueles dois milhões a mais, se a UPA voltaria a funcionar vinte e quatro horas, e ele também não garantiu com aquele Recurso; a Sra. Secretária disse que eram problemas estruturais; então, o Vereador disse que estava preocupado com aquilo porque precisavam, realmente, alocar Recursos para a Secretaria de Saúde e, conseqüentemente, destinado à ASAMAS, também; perguntou ainda dos Recursos que estavam destinado para a Saúde, de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



quarenta e oito milhões, os Postinhos que estavam, principalmente, o da Roseira e do Zambom, iriam funcionar em dois mil e dezoito? A Sra. Secretária disse que sim, que a intenção era de abrir os Postos; voltando a fala o Vereador, ele disse que o patrimônio estava lá parado e seria interessante se eles funcionassem o quanto antes; mas o que chamava a atenção e ele voltava a dizer aos Pares e também à população presente, o Município de Jaguariúna, se fosse comparado com a maioria dos municípios da média populacional, enfim da região, ele achava que fosse o único que teve um aumento de arrecadação da ordem de dez por cento, tinham um Orçamento de trezentos e quarenta e cinco...hum milhão para aquele ano e estava indo para trezentos e setenta e cinco milhões, graças a um trabalho feito anteriormente para atração de empresas e investimentos no Município e quando falava que o Município estava melhorando e iria ficar saudável em breve, iria, poderiam ter certeza que iria, recurso tinha era só saber administrar, eles sabiam que o Executivo estava tentando fazer o máximo a cumprir com os compromissos dele, muito se falava em dívida, mas era bom quando estava lidando com funcionário público e muitos funcionários públicos eram de carreira e dizer que aquela dívida não era de hoje, ou foi herdada, ela tinha sido herdada de outras administrações e veio para aquela e, realmente, não estavam conseguindo cumprir e veio para a nova Administração; ele sabia que a Cristina não podia falar muito mas, enfim, as dívidas vieram protelando ao longo dos últimos cinco anos, só que o Município tinha dinheiro para pagar, principalmente, porque as dívidas eram a longo prazo, não era pegar trinta milhões do orçamento tirar e pagar a dívida, não era daquela forma, se fosse dividir aquela dívida ao longo de trinta e seis meses, que findava a proposta para aquele Governo, estavam falando em um milhão de reais dali até trinta e seis meses; então, não era um absurdo para um Município que, realmente, arrecadava da ordem de trezentos e setenta e cinco milhões, cabia ser bem administrado e colocar os serviços públicos a contento da população; disse que eles ouviam aquilo e foi dito lá, até por um munícipe que tinha feito uma pesquisa sobre a participação deles, como Vereadores, dizendo que o clamor da população era a Saúde, na pesquisa do munícipe, que a grande preocupação da população era a Saúde, então não adiantava ter um bom condicionamento físico se amanhã ou depois tinha que cair no hospital, iria cair na Saúde, então, tudo dependia de uma boa saúde assim como, também, políticas para que as pessoas tivessem uma vida cada vez mais saudável, aquilo envolvia todas as áreas do Município., mas ele ficava feliz de estar discutindo uma peça orçamentária com a população onde se via um horizonte legal para o Município; o Município em breve, com a Sky funcionando, ele tinha certeza que a arrecadação iria dobrar e que voltariam em tempos de outrora, cabia, realmente, ter um pouco de pé no chão, esperar mais um pouquinho aquele momento de crise



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



passar, trabalhar com os investimentos que precisavam trabalhar naquela áreas vitais que no momento era saneamento básico e a área da saúde que ao ver dele, era primordial, principalmente, a questão da água; ressaltou que em sete meses daquela Administração, conseguiram ser o primeiro Município da Região Metropolitana, quicá o sétimo do Estado de São Paulo, na questão ambiental, era sinal que alguém em sete meses, ou alguém lá atrás tinha pensado que aquilo traria um grande benefício para o Município; então, a questão ambiental sempre foi tido com muito cuidado e que era reflexo em todas as outras áreas, também, ele achava que tinham no Município uma das maiores áreas verdes por metro quadrado e por população da Região Metropolitana, aquilo era muito importante, sinal que o Município era bem distribuído naquela área e dizendo que todo aquele investimento, principalmente na área de meio ambiente, ele sabia que era importante, tinha que ser cada vez mais fomentado pelo Executivo, por quê? Eles estavam com uma obra que todo mundo sabia que era a questão de estar cem por cento do tratamento de Esgoto em breve, se aquilo fosse concluído seria um ganho para as futuras gerações, impressionante, que aliviaria em todas áreas e despesas, principalmente, na área de saúde; assim como a Assistência Social tinha o papel dela, todo mundo tinha o seu papel, eles discutiam lá prioridades e o que eles pensavam no momento e estavam tentando arrumar Recursos e que tinha sido falado em uma reunião, era, realmente, para a área de Saúde e para a área de Saneamento Básico; então, se alguma pessoa tinha entendido mal, que estava lá querendo cortar o trabalho, pelo contrário, estavam lá, realmente, para ajudar; ele voltava a frisar, se eles não tivessem consciência e que não iria fazer aquilo no momento, ele achava que vinte por cento para aquela nova Administração que tinha iniciado aquele ano e para o ano vindouro, tinha que manter aqueles vinte por cento de remanejamento mas, ao longo daqueles próximos anos tinha que diminuir aquilo, gradativamente, para que a Câmara Municipal fosse mais acionada em momentos difíceis, por quê? Disse que se eles discutirem um Orçamento e depois precisaria mudar, não iriam alterar nada para a Cristina e para o ordenador de Despesa, só tinha que mandar uma lei para a Câmara dizendo que precisava tirar o dinheiro do Esporte e aquilo ficava claro para tudo mundo saber, precisava tirar o dinheiro do Esporte para investir em Saneamento Básico, a Câmara concordava com aquilo? A Câmara concordava e a cidade ficaria sabendo porque ali era um local de discussão; então ele voltava a dizer, eles tomaram na última Administração, aquele índice era quarenta por cento, então, por isso que ele falava que, às vezes, tinha uma peça fictícia de Orçamento porque alguém poderia mudar a qualquer momento, ele não estava falando do Prefeito "B" ou "A", pelo amor de Deus, os futuros Prefeitos que viriam também, eles tinham que ser mais, aí que estava o papel da Câmara em controlá-los,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



não que eles quisessem ter o controle da Administração, mas o clamor da população chegava até eles, precisava de saneamento, agora se lá não pensava da mesma forma como eles, realmente, ficava difícil para eles trabalharem em conjunto; então, tinham que ter uma peça mas, como a Cristina havia falado, procurar fazer uma peça enxuta como foi feita aquela e ele esperava que os trezentos e setenta e cinco milhões fossem arrecadados para o ano vindouro, porque muitas coisas poderiam acontecer, estimavam trezentos e setenta e cinco, propunham as Despesas, arrecadava trezentos e cinquenta e ficava vinte e cinco milhões de débitos, porque faziam as Despesas de acordo com a Receita, eles estimavam e a turma saía gastando com as ideias, enfim, planejamentos, mas, ele esperava que todas as peças Orçamentárias, ultimamente tinha chegado próximo; naquele momento o Vereador perguntou, se naquele ano, chegaria próximo ou daria excesso de arrecadação? A Sra. Secretária Cristina Rossi Serra disse que chegaria muito próximo; voltando a palavra, ele disse que chegaria bem próximo da arrecadação, então, ele acreditava que tinha sido estimado trezentos e quarenta e um milhões e que arrecadariam próximo àquilo, então, as peças Orçamentárias teriam que ser aquelas e voltava a dizer, não caberia a eles estarem discutindo se aqueles números continuassem muito alto, não tinha porque discutir, ouvir o clamor, se amanhã mudava, aquele era o pensamento dele como Vereador e gostaria de deixar como sugestão, não, para o próximo ano porque tinham que analisar, porque nesse ano o Prefeito tinha trabalhado com o Orçamento do ano passado, que não era dele, no momento foi ele que tinha feito, através da equipe dele, foi ele que tinha feito para o próximo ano e mantiveram os vinte por cento e que não iam mexer naquilo só a questão dos quinze por cento que ele queria rever o porque daquilo mas, para o próximo ano se pudesse chegar a quinze, no outro dez, ele achava que seria vital para as futuras gerações e para as futuras Câmaras Municipais terem mais controle de onde seria canalizado os Recursos do Município e qualquer mudança acima daquilo que solicitasse a Câmara Municipal e a sociedade ficaria sabendo porque estariam tirando dinheiro do Esporte e jogando para a Saúde, ou tirando dinheiro do Governo, ele tinha visto que a Nenê tinha ficado brava, tirar o dinheiro da Secretaria de Governo eles sabiam, ele gostava de falar porque ouviam muita reclamação da população perguntando "porque não colocavam dinheiro não sei aonde, ficavam vendo festas, ficavam vendo shows", tinha dinheiro para tudo, tinham pessoas que estavam no Hospital precisando de atendimento, sim, mas tinham jovens que queriam festas, ou queriam show, enfim, tinha que fazer um Orçamento que atendesse a grande maioria da população mas, no momento, tinham uma prioridade premente que era o Hospital e, pelos menos, o que eles tinham percebido lá na Audiência Pública quem estava chorando por Recurso, ele queria ser o Silvio Santos